

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
Departamento de Avaliação e Monitoramento

**Diagnóstico das Condições  
Sócio-Econômicas e da Gestão Pública dos  
Municípios da Baixada Fluminense**

Consultor:

Luís Otávio Farias

**Rio de Janeiro e Brasília – 2005**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA .....</b>	<b>2</b>
<b>2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE.....</b>	<b>6</b>
2.1 POPULAÇÃO E TERRITÓRIO .....	6
2.1.1 <i>História da ocupação e formação do território.....</i>	6
2.1.2 <i>Aspectos demográficos e ambientais .....</i>	10
2.2 ECONOMIA .....	17
2.2.1 <i>Análise dos PIB,s municipais.....</i>	17
2.2.2 <i>Trabalho e renda.....</i>	19
2.2.3 <i>Pobreza e indigência.....</i>	22
2.2.4 <i>Programas de transferência de renda.....</i>	23
2.3. INDICADORES SOCIAIS E INFRAESTRUTURA .....	25
2.3.1. <i>Saúde.....</i>	25
2.3.2 <i>Saneamento.....</i>	27
2.3.3. <i>Educação e cultura .....</i>	29
2.3.4 <i>Exclusão digital .....</i>	31
2.3.5 <i>Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) .....</i>	32
2.4 GESTÃO PÚBLICA .....	33
2.4.1 <i>Finanças públicas .....</i>	33
2.4.2 <i>Recursos humanos das administrações municipais .....</i>	36
2.4.3 <i>Instrumentos de gestão para o desenvolvimento.....</i>	37
<b>3. MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>42</b>
3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS .....	42
3.2 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS .....	46
3.2.1 <i>Relatório sumário da visita às Prefeituras .....</i>	46
3.2.2 <i>Mapeamento dos potenciais parceiros para projetos de desenvolvimento local.....</i>	53
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>56</b>

## Apresentação

O presente documento foi elaborado como subsídio à implementação do Projeto de Cooperação Técnica “*Percurso de Colaboração para Implementação de Políticas de Desenvolvimento Local Integrado*”, firmado entre a Presidência da República do Brasil e os governos das Regiões Italianas de Marche, Toscana e Úmbria. O Projeto tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento e a integração das estruturas sócio-produtivas de regiões brasileiras, garantindo a melhoria de vida e o aumento da renda de suas populações, assim como, fomentar pólos de desenvolvimento local nas áreas selecionadas com base em políticas integradas e estruturação de cadeias sócio-produtivas.

A região da Baixada Fluminense, selecionada como uma das áreas alvo do Projeto, faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. É formada por um conjunto de 13 municípios, nos quais residem aproximadamente 3,5 milhões de pessoas. A região é nacionalmente reconhecida pela concentração de pobreza urbana, aliada a déficits de infraestrutura e à carência de políticas públicas eficazes. A desigualdade observada entre os municípios da Baixada e a cidade do Rio de Janeiro torna evidente a necessidade de promover o desenvolvimento local naquela região, sendo este um caminho para a redução das desigualdades sociais numa perspectiva sustentável.

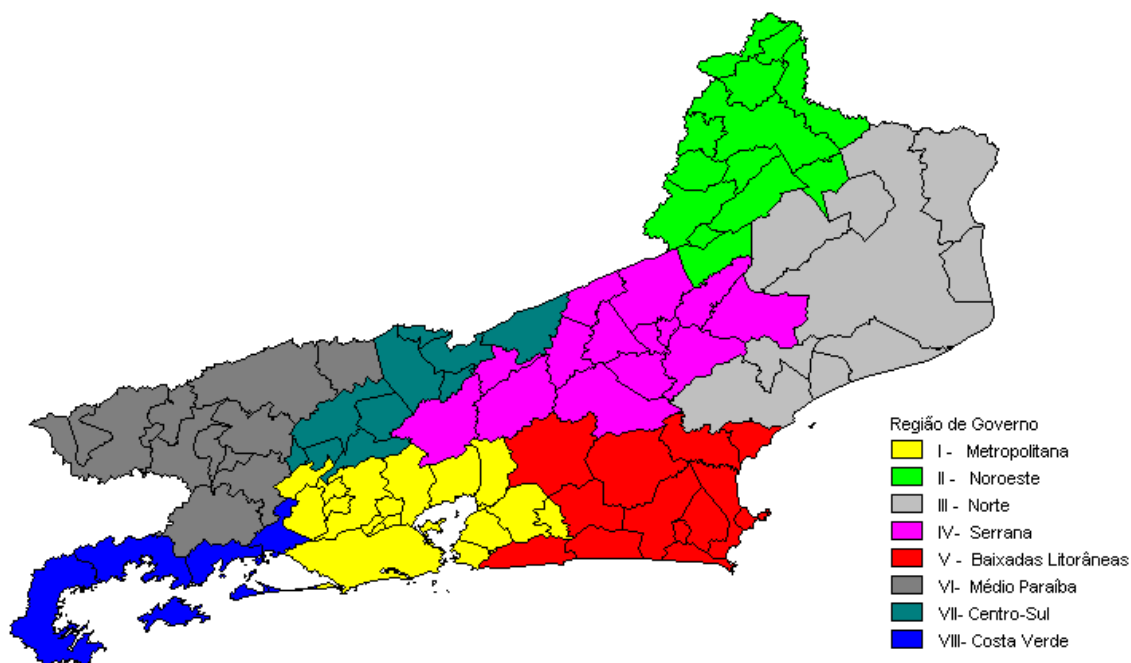
As ações de promoção do desenvolvimento local são particularmente importantes na medida em que consideram os indivíduos em sua inserção no espaço e, desta forma, dirigem-se não apenas ao desenvolvimento das capacidades individuais, mas também e, sobretudo, à transformação do território, entendido este não apenas como espaço físico, mas como espaço híbrido, no qual as relações sociais e as relações de produção imprimem sua marca.

A atenuação das desigualdades sociais entre os indivíduos impõe a necessidade de enfrentamento das desigualdades espaciais que ganham concretude na configuração dos territórios. As desigualdades dos lugares – ou dos espaços – se sobrepõem a outras formas de manifestação das desigualdades sociais e impingem constrangimentos e possibilidades aos sujeitos que neles habitam. Como nos alerta Milton Santos “*a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições*” (Santos & Silveira, 2003:21).

## 1. O Estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana

O Estado do Rio de Janeiro possui atualmente 92 municípios distribuídos em uma área total de 43.864 Km<sup>2</sup> e uma população total de aproximadamente 15 milhões de habitantes. Este contingente populacional distribui-se de forma bastante desigual pelo território estadual, observando-se uma grande concentração na Região Metropolitana e, em particular, no município do Rio de Janeiro, atual capital do estado. Do ponto de vista do planejamento administrativo, o estado é composto por oito Regiões de Governo, a dizer: Metropolitana, Noroeste, Norte, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul e Costa Verde.

**Figura 1 – Divisão Territorial do Estado do Rio de Janeiro  
Municípios e Regiões de Governo**



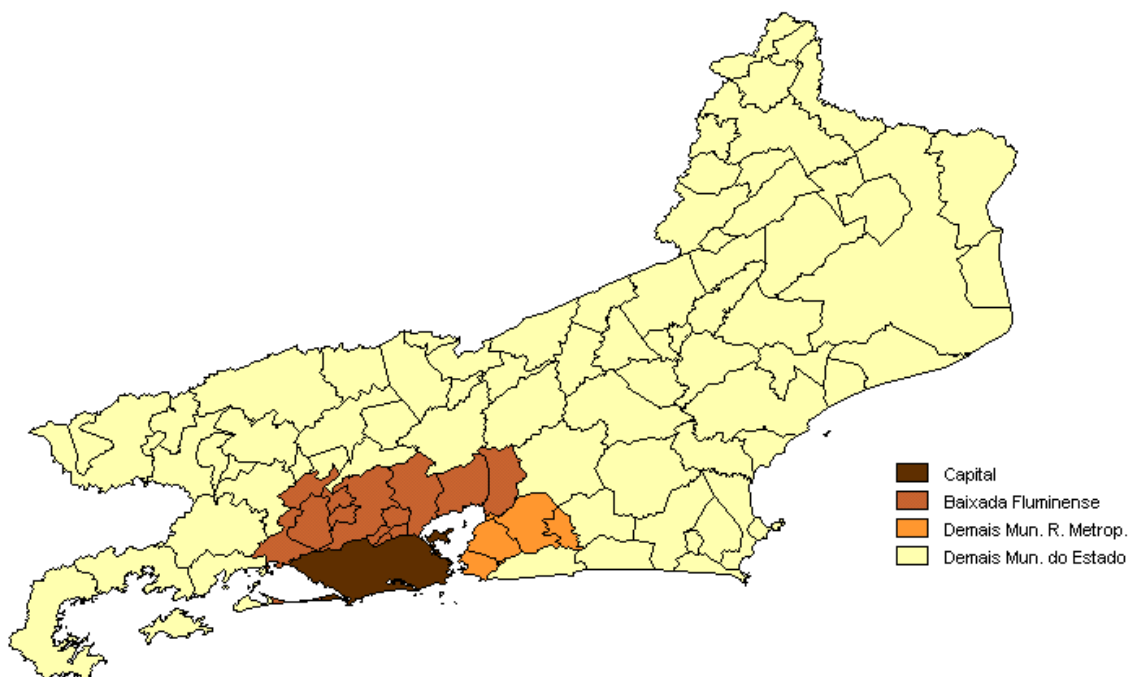
Fonte: Elaboração própria dos autores.

Vale lembrar que a cidade do Rio de Janeiro ocupou a posição de capital do país entre 1763 e 1960. No entanto, em 1960, ao perder a função de capital federal para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro, ao invés de ser incorporada ao Estado do Rio de Janeiro, transformou-se ela mesma em um estado, a dizer, o Estado da Guanabara. Apenas em 1975, com a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e a transferência da

então capital deste último, da cidade de Niterói para a cidade do Rio de Janeiro, define-se a configuração territorial e administrativa que estado apresenta ainda hoje.

Recuperar brevemente a trajetória político-administrativa do estado e do município do Rio de Janeiro é relevante na medida em que isto ajuda a compreender a polarização demográfica e econômica observada entre a região metropolitana e o interior do estado. A cidade do Rio de Janeiro, por longo período, beneficiou-se economicamente de sua condição de sede político-administrativa, constituindo-se assim num pólo de atração demográfica, recebendo migrações não apenas de outros estados, mas também dos próprios municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, que em sua maioria não ofereciam perspectivas de desenvolvimento econômico e social.

**Figura 2 – Divisão territorial do Estado do Rio de Janeiro  
Destaque para Região Metropolitana e Baixada Fluminense**



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Este fluxo demográfico estabelecido pela capacidade de atração da cidade do Rio de Janeiro fez crescer todo um conjunto de cidades no seu entorno, e que hoje compõem a Região Metropolitana, área na qual localiza-se o conjunto de municípios que integram a Baixada Fluminense. Grande parte da população de menor renda foi sendo “alocada” ou “deslocada” para as áreas periféricas e, neste processo, assistiu-se ao progressivo adensamento demográfico dos municípios da Baixada, os quais foram se constituindo

como “cidades-dormitório” carentes de infra-estrutura urbana e de serviços públicos. A Baixada Fluminense possui aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, distribuídos em treze municípios. Dois dos seus municípios – Duque de Caxias e Nova Iguaçu – concentram quase metade desta população, cada um dos quais com aproximadamente 800 mil habitantes.

**Tabela 1 – População residente e Produto Interno Bruto a preço básico (R\$ 1.000) , Segundo Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (1)**

	População 2000	PIB 2001 (1.000 R\$)
Estado do Rio de Janeiro	14.391.282	159.862.363
Bacia de Campos (2)	-	30.356.358
Baixadas Litorâneas	637.296	2.839.985
Centro-Sul Fluminense	254.103	1.105.765
Costa Verde	255.695	1.946.718
Médio Paraíba	785.192	9.493.786
Metropolitana	10.710.515	105.343.907
Noroeste Fluminense	297.696	1.099.424
Norte Fluminense	698.783	3.648.632
Serrana	752.002	4.027.788

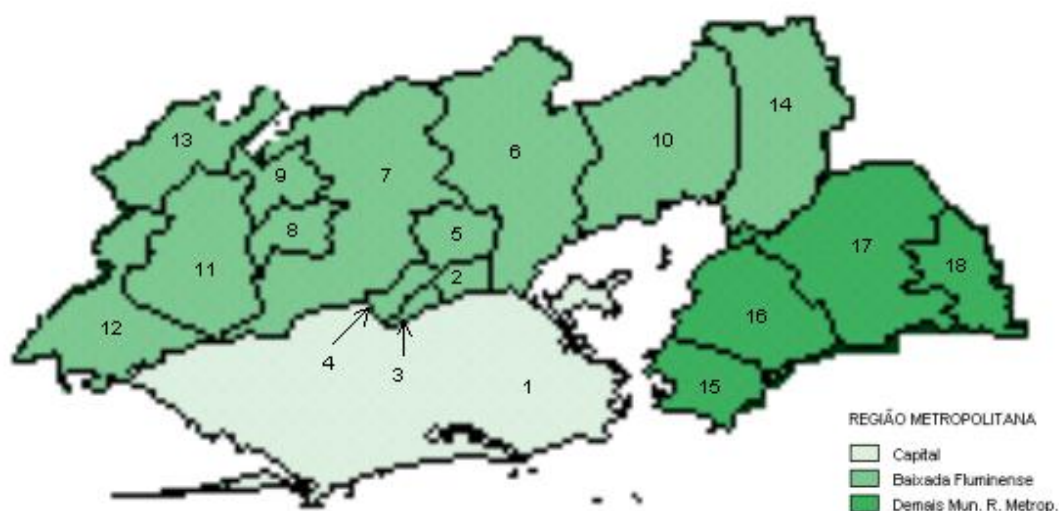
Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003 [CD-Rom]. Fundação CIDE.  
Chamadas: (1) Utilizou-se na tabela a definição da base territorial das Regiões de Governo adotada pelo estado em 2004. (2) Refere-se à extração marítima de petróleo da Bacia de Campos, não sendo, portanto uma Região de Governo.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta a maior taxa de concentração metropolitana do país, com 75% da sua população residindo na região metropolitana. Para termos idéia do que isso significa, o Estado de São Paulo, ícone da metropolização no Brasil, concentra aproximadamente 50% da sua população nas áreas metropolitanas. No estado do Rio de Janeiro assistiu-se, por um lado, o crescimento de uma região metropolitana inchada, com um imenso contingente de pobres urbanos, acentuada desigualdade social, alto índice de violência e déficits de infraestrutura e de serviços públicos; por outro lado, os municípios do interior, em sua maioria, ainda não atingiram uma condição de desenvolvimento sustentável que lhes permita atrair investimentos e desencadear processos de crescimento econômico que contribuam para a revitalização da economia fluminense e a reorganização do território estadual<sup>1</sup>. A análise dos PIB's regionais demonstra o relativo esvaziamento

<sup>1</sup> Atualmente merecem destaque duas possibilidades de desenvolvimento econômico local no interior do estado. A primeira delas é propiciada pela extração de petróleo na Bacia de Campos, com potencial benefício para alguns municípios das Regiões Norte e Noroeste. A outra possibilidade vem sendo dada pela implantação de indústrias automotivas na Região do Médio Paraíba, com conseqüente impulso e ampliação do pólo metal-mecânico pré-existente naquela área. Uma terceira possibilidade, ainda não consolidada, pode (continua na próxima página)

econômico do interior do estado, visto que em 2001 a Região Metropolitana apresentou um PIB de 105 bilhões de reais, enquanto o PIB do conjunto das demais Regiões (excluída a extração marítima de petróleo da Bacia de Campos) alcançou apenas 25 bilhões. Mas como será visto mais adiante, a Região Metropolitana também apresenta disparidades internas, observando-se uma forte superioridade econômica do município do Rio de Janeiro.

**Figura 3 – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro**



1 - Rio de Janeiro	2 - São João de Meriti	3 - Nilópolis	4 - Mesquita	5 - Belford Roxo	6 - Duque de Caxias
7 - Nova Iguaçu	8 - Queimados	9 - Japeri	10 - Magé	11 - Seropédica	12 - Itaguaí *
13 - Paracambi	14 - Guapimirim	15 - Niterói	16 - São Gonçalo	17 - Itaboraí	18 - Tanguá

\* De acordo com a Fundação CIDE o município de Itaguaí não mais integra a Região Metropolitana, tendo sido incorporado à recém criada Região de Governo da Costa Verde.

Certamente, a concentração populacional e de atividade econômica na Região Metropolitana do estado reflete também o padrão de desenvolvimento econômico e social brasileiro das décadas de 50, 60 e 70, período principal de formação dos grandes aglomerados urbanos nacionais, contudo, esta tendência foi acentuada pelas características

---

ser dada pela recuperação da indústria naval em Angra dos Reis, cidade localizada na Região da Costa Verde. Estas experiências e possibilidades de desenvolvimento, embora importantes, ainda estão longe de abranger o conjunto de municípios do interior do estado.

específicas do estado. De certa maneira, a polarização entre o desenvolvimento econômico e social da capital e do interior do estado repete-se no interior da própria Região Metropolitana, por exemplo, quando comparamos a capital com a Baixada Fluminense. Isto significa que a Região Metropolitana não pode ser apreendida de maneira homogênea; ao contrário, sua correta apreensão implica compreender a estrutura das desigualdades espaciais na qual ela se baseia.

## **2. Características gerais dos municípios da Baixada Fluminense**

### **2.1 População e território**

#### *2.1.1 História da ocupação e formação do território*

O início da ocupação da área que hoje denominamos de Baixada Fluminense remonta a meados do século XVI, quando foram distribuídas as primeiras sesmarias no recôncavo da Baía de Guanabara, entretanto esta região permaneceria quase despovoada até o início do século XX. Em 1910 o território correspondente à Baixada era ocupado por aproximadamente 70 mil habitantes, ao passo que o Estado do Rio de Janeiro já possuía naquele mesmo ano, uma população de 1,2 milhões de habitantes e o Distrito Federal (correspondente à cidade do Rio de Janeiro), 870 mil habitantes (IBGE, 2003). O processo de adensamento populacional da Baixada Fluminense é um fenômeno relativamente recente, que começa a ser observado a partir da década de 1940.

No início da ocupação das terras doadas como sesmarias, os rios daquela região tiveram papel importante, tanto para interiorizar a ocupação das terras como para escoar a produção das fazendas locais para a cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista econômico, a exploração do território baseou-se no cultivo da cana de açúcar e nos engenhos, atividades que se mantiveram na região até o final do século XIX. Se por um lado o relevo plano e os rios viabilizavam um importante sistema de deslocamento pluvial, por outro, dificultavam a construção de caminhos terrestres em função do grande número de áreas pantanosas. A abertura de caminhos terrestres só se tornou expressiva no início do século XVIII, como

rotas de ligação entre Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, já no ciclo do ouro. Estes caminhos terrestres foram ainda importantes no ciclo do café, como rotas de ligação entre as áreas produtoras e os portos do Rio de Janeiro. (Figueiredo, 2004).

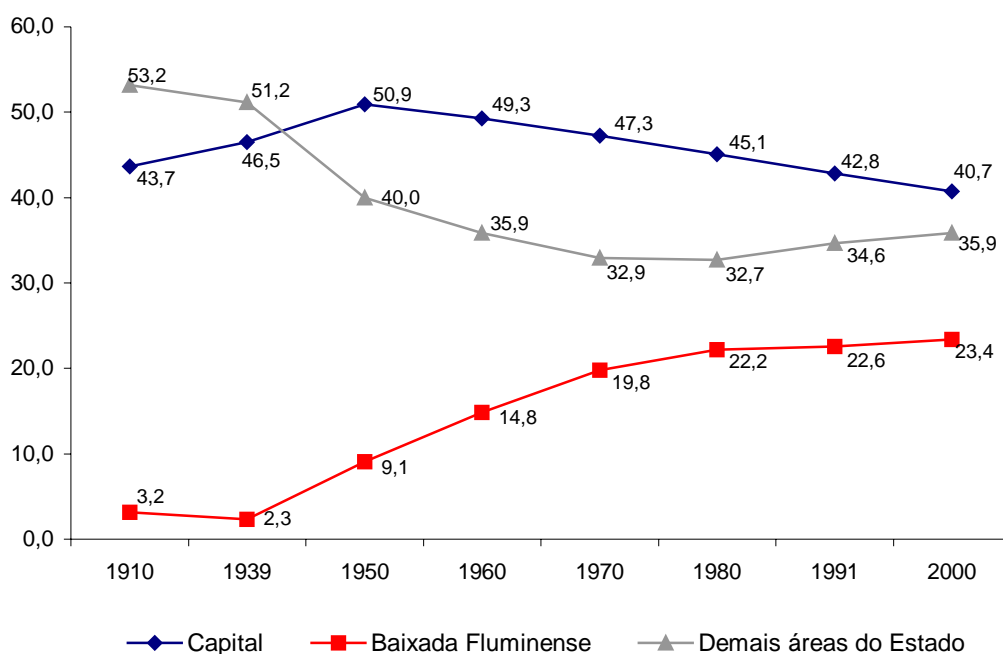
Por volta de 1830 três localidades foram alçadas à condição de vila: Vila Iguaçu, Vila da Estrela (Magé) e Vila de Itaguaí. De acordo com Figueiredo (2004) a elevação destas localidades à condição de vila decorreu da função de entreposto comercial que estas assumiram, e não de suas condições endógenas de desenvolvimento econômico e adensamento demográfico. Esta mesma autora assinala que com a construção das ferrovias na segunda metade do século XIX os caminhos terrestres utilizados como rota comercial pelos tropeiros perdem importância, instaurando-se um ciclo de decadência na região, para o qual também contribui o declínio da economia canavieira local, afetada pelo esgotamento das terras e pela concorrência da produção canavieira do norte do estado. Por outro lado, são estas mesmas ferrovias que passam então a facilitar fluxo de pessoas e mercadorias entre a Baixada e a cidade do Rio de Janeiro.

A recuperação da economia local no início do século XX esteve baseada na citricultura, especialmente no cultivo e beneficiamento da laranja, produto cuja produção destinava-se à exportação, tendo a Europa como principal mercado consumidor. A área de cultivo estendia-se pelo território que hoje compreende os municípios de Belford Roxo, Queimados, Nova Iguaçu, Japeri, São João de Meriti, Mesquita e Nilópolis. O “ciclo da laranja” teve seu auge no período entre 1920 e 1940. Com a eclosão da II Guerra Mundial interrompeu-se a possibilidade de exportação da laranja, acarretando o apodrecimento dos frutos nas árvores e, em seguida, o surgimento de uma praga denominada “mosca do mediterrâneo”. A conjugação deste dois fatos levou à ruína a citricultura da região no início da década de 1940 (idem, 2004).

O declínio da citricultura permitiu que muitas chácaras de cultivo de laranja passassem a ser loteadas e vendidas para fins habitacionais. Deve-se lembrar que a década de 1940 já se caracteriza pelo início da implantação do modelo urbano-industrial na sociedade brasileira. Sendo assim, observa-se um intenso fluxo de pessoas em direção às cidades e, por consequência, o crescimento das suas respectivas periferias, onde iria instalar-se a população de menor renda. Este processo mais geral de transformação da sociedade brasileira criou uma demanda por terras para moradia nas regiões periféricas da cidade do

Rio de Janeiro, e os loteamentos criados na Baixada Fluminense passaram a ser uma opção de moradia para migrantes e indivíduos de menor renda. Apesar da ausência de uma infra-estrutura mínima, a região tinha como atrativo, além do baixo preço das terras, a ligação ferroviária com a cidade do Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro Central do Brasil, existente desde o século anterior, e eletrificada a partir de 1938. A ligação ferroviária entre a Baixada e a capital foi um elemento crucial para o adensamento demográfico da região. Embora várias estradas de ligação entre a Baixada e a capital já existissem desde o final da década de 1920, tais como a Rodovia Washington Luiz e a Avenida Automóvel Clube, e outra importante via rodoviária tenha cruzado a Baixada em 1951 (Rodovia Presidente Dutra – Rio/São Paulo), seria o trem, até muito recentemente, o principal transporte de massas para a população da região. A Rodovia Presidente Dutra, entretanto, também teve papel crucial como eixo de adensamento populacional no território da Baixada.

**Gráfico 1 – Participação percentual da cidade do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense (1) e das demais áreas do estado na composição da população total do Estado do Rio de Janeiro (2) – 1910 –2000.**



Fonte: Elaborado a partir dos dados populacionais do IBGE. Para os anos de 1910, 1939, 1950 e 1960 utilizou-se os dados disponíveis no CD-Rom “Estatísticas do Século XX”; para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 foram utilizados os dados censitários disponibilizados pelo SIDRA/IBGE.

(1) Para os anos de 1910 e 1939 considerou-se como população da Baixada a soma das populações de Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé, e para os anos de 1950 e 1960 considerou-se a soma das populações de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé.

(2) Considerou-se como população total do Estado do Rio de Janeiro, em todos os anos, a população residente no território que atualmente corresponde ao Estado do Rio de Janeiro, ou seja, incluiu-se a população da cidade do Rio de Janeiro, mesmo quando este era Distrito Federal e, posteriormente, Estado da Guanabara.

Entre os anos de 1939 e 1950 a Baixada apresenta um crescimento de 350% em sua população, saltando de 95 mil para 430 mil habitantes. Nas décadas seguintes a população dá novos saltos, que embora percentualmente menores, tornam-se cada vez mais expressivos em seus números absolutos. Em 1960 a região registrava 995 mil habitantes (crescimento de 130% na década anterior) e, em 1970 já concentrava quase 1,8 milhões de pessoas (crescimento de 80% na década anterior). Até 1980 a Baixada apresenta taxas de crescimento populacional significativamente maiores do que as taxas de crescimento observadas para o conjunto do território que atualmente compõe o Estado do Rio de Janeiro. Este crescimento da Baixada reflete o processo avassalador de metropolização do estado, baseado, fundamentalmente, no adensamento demográfico dos municípios periféricos à cidade do Rio de Janeiro (ver Gráfico 1).

No que se refere à divisão político-administrativa do território, até o final da década de 1930 a região era composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé. A maior parte dos municípios atuais originou-se por desmembramento do município de Nova Iguaçu. Já na década de 1940, este município deu origem a três outros: Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Estes três municípios localizam-se em áreas mais próximas à cidade do Rio de Janeiro e já se caracterizavam, desde as décadas anteriores, por uma maior densidade demográfica e por relações mais estreitas de sua população com a cidade do Rio de Janeiro. Na década de 1990, Nova Iguaçu seria novamente afetado por uma intensa fragmentação de seu território, a partir da qual foram criados outros 4 municípios.

**Tabela 2 – Municípios da Baixada Fluminense – Origem e Ano de Instalação**

<b>Município</b>	<b>Origem</b>	<b>Ano de instalação (1)</b>
Nova Iguaçu	Vila de Iguaçu	-
Itaguaí	Vila de Itaguaí	-
Magé	Vila da Estrela	-
Duque de Caxias	Nova Iguaçu	1 944
Nilópolis	Nova Iguaçu	1 947
São João de Meriti	Nova Iguaçu	1 947
Paracambi	Itaguaí	1 960
Queimados	Nova Iguaçu	1 990
Belford Roxo	Nova Iguaçu	1 993
Guapimirim	Magé	1 993
Japeri	Nova Iguaçu	1 993
Seropédica	Itaguaí	1 997
Mesquita	Nova Iguaçu	2 001

Fonte: (1) Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2001. IBGE.

### 2.1.2 Aspectos demográficos e ambientais

As estimativas referentes ao ano de 2004 indicam para a Baixada Fluminense uma população de 3.565.084 habitantes, o que corresponde a 23,7% da população do estado. Duque de Caxias e Nova Iguaçu constituem os dois maiores pólos demográficos e econômicos da Baixada, e juntos concentram aproximadamente metade da população que reside na região. Em sua maioria, os municípios da região apresentam elevadas taxas de densidade demográfica, especialmente aqueles que se localizam mais próximos à cidade do Rio de Janeiro, como é o caso de São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita e Belford Roxo. Inversamente, os municípios que se encontram mais distantes tendem a apresentar as menores densidades, como é o caso de Itaguaí, Paracambi, Guapimirim e Seropédica, sendo que estes dois últimos também apresentam taxas de urbanização expressivamente menores que aquelas observadas para os demais municípios.

**Tabela 3 – População, área territorial, densidade demográfica e taxa de urbanização**

	(1) População – Estimativas 2004			(2) Área Total (km <sup>2</sup> )	(3) Densid. Demográfica. 2004 (hab./km <sup>2</sup> )	(4) Taxa de Urbanização* 2000 (%)
	Total	Homens	Mulheres			
Estado do Rio de Janeiro	15.033.317	7.211.674	7.821.643	43.860,3	343	96
Capital	6.010.814	2.819.881	3.190.933	1.205,80	4.985	100
Baixada Fluminense	3.565.084	1.729.797	1.835.287	2.806,6	1270	98,5
Belford Roxo	464.386	225.833	238.553	79	5.878	100
Duque de Caxias	819.096	396.879	422.217	468,3	1.749	99,6
Guapimirim	41.959	20.946	21.013	361,9	116	67,4
Itaguaí	89.546	44.349	45.197	281,3	318	95,4
Japeri	90.370	44.816	45.554	81,4	1.110	100
Magé	222.930	109.734	113.196	386,8	576	94,2
Mesquita	176.643	85.326	91.317	41,6	4.246	-
Nilópolis	151.937	71.719	80.218	19,4	7.832	100
Nova Iguaçu	804.044	389.367	414.677	520,5	1.545	100
Paracambi	42.115	20.730	21.385	186,8	225	91,1
Queimados	131.388	64.087	67.301	76,7	1.713	100
São João de Meriti	459.084	220.633	238.451	34,7	13.230	100
Seropédica	71.586	35.378	36.208	268,2	267	79,5

Fontes: Elaborada a partir de (1) MS/SE/Datasus; disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/popmap.htm>; (2) e (4) Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003 [CD-rom]. Fundação CIDE; (3) Calculado a partir de (1) e (2).

\* A Taxa de Urbanização expressa o percentual da população que reside nas áreas classificadas como urbanas, não tendo assim ligação direta com o espaço ocupado pela da área urbana em relação à área total do município.

Embora mais de 98% da população da Baixada resida em áreas classificadas pelos governos municipais como *urbanas*, percebe-se, pelos dados da Tabela 4, que o espaço territorial efetivamente caracterizado como área urbana está longe de constituir a maior parte dos territórios. Aqui é importante compreender que a classificação de *urbano* e *rural* adotada pelo IBGE mensura o contingente populacional residente em áreas administrativamente classificadas como *urbanas* ou *rurais* por cada município, diferentemente dos dados da tabela abaixo, que têm como base o mapeamento das características naturais que conformam a paisagem do território municipal e a mensuração da área ocupada por cada tipo de paisagem. Observa-se que a área composta por “*formações florestais*”, “*vegetação secundária*” e “*campos e pastagens*” tendem a representar a maior parte do território, exceto nos municípios de São João de Meriti, Belford Roxo e Nilópolis, nos quais as áreas urbanas realmente predominam na paisagem.

**Tabela 4 - Percentuais das áreas, por tipo de uso e cobertura do solo. 2001**

	Formações florestais	Vegetação secundária	Área urbana	Área agrícola	Campo/Pastagem	Outras
Estado	9,6	18,4	6,3	9,5	49,4	6,8
Capital	8,2	11,7	56,7	2,7	5,4	15,4
Belford Roxo	0,0	3,3	85,2	1,8	5,6	4,0
Duque de Caxias	25,8	6,9	39,9	2,4	15,1	9,9
Guapimirim	23,9	10,7	13,2	23,8	16,0	12,4
Itaguaí	7,4	22,1	12,0	3,2	49,2	6,0
Japeri	0,0	6,4	37,7	6,9	48,5	0,5
Magé	28,7	16,1	22,7	12,0	15,9	4,6
Mesquita	44,5	0,0	35,6	0,0	10,2	9,7
Nilópolis	0,0	0,0	52,9	0,0	0,4	46,7
Nova Iguaçu	32,9	7,4	30,7	2,9	19,8	6,3
Paracambi	0,0	39,2	4,0	4,8	51,0	1,0
Queimados	0,0	2,2	44,6	9,4	43,0	0,8
São João de Meriti	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Seropédica	0,0	7,1	15,3	8,0	61,4	8,2

Fonte: Elaborada a partir de Fundação CIDE. Mapa de Uso e Cobertura do Solo. Estado do Rio de Janeiro - 2001.

Municípios como Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu e Paracambi apresentam mais de 30% do território composto por florestas e vegetação secundária. Este patrimônio ambiental, se bem administrado, pode constituir um relevante ativo econômico e social para a população. Neste sentido, vale destacar a existência da Reserva Biológica do Tinguá, que ocupa grande parte do território de Nova Iguaçu e estende-se ainda a outros municípios da região.

Já as áreas classificadas como “*campos ou pastagens*” correspondem a quase 50% do território nos municípios de Japeri, Queimados, Itaguaí e Paracambi. Em geral, são áreas sub-aproveitadas economicamente, visto que a pecuária não chega a ser uma atividade de grande importância em nenhum destes municípios. Estas áreas, embora não sejam consideradas degradadas, são oriundas do secular desmatamento na vegetação nativa. No passado, estas terras cumpriram uma função econômica no cultivo da cana-de-açúcar, da laranja e na atividade pecuária, porém, as transformações sociais no espaço da Baixada a partir da década de 1940 ocasionaram a perda desta vocação agrícola/rural e a conseqüente sub-utilização destes espaços, os quais também já não conservam o valor de ativo ambiental atribuído às áreas de floresta.

**Tabela 5- Deslocamentos intermunicipais**  
**Pessoas que trabalham ou estudam em outro município do estado**  
**Valor absoluto e percentual da população – 2000**

	Pessoas que trabalhavam ou estudavam em outro município da UF	* % da população municipal que se deslocava para trabalhar ou estudar em outro município da UF
Capital	36.275	0,62
Baixada Fluminense	526.648	15,62
Belford Roxo	82.917	19,08
Duque de Caxias	98.686	12,73
Guapimirim	4.622	12,18
Itaguaí	7.097	8,65
Japeri	15.665	18,81
Magé	25.154	12,22
Nilópolis	32.025	20,83
Nova Iguaçu**	137.415	14,93
Paracambi	3.170	7,83
Queimados	19.710	16,16
São João de Meriti	93.256	20,75
Seropédica	6.931	10,62

Fonte: Elaborada a partir do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Fundação CIDE.

\* Indicador calculado a partir dos dados do Anuário

\*\* Inclui Mesquita, visto que este último município foi desmembrado de Nova Iguaçu e instalado no ano de 2001.

O deslocamento diário da população da Baixada em direção à capital ainda é uma marca da região, conservando em grande medida o aspecto de “cidades-dormitório”, característico do seu processo de adensamento populacional iniciado em meados do século XX. Certamente o crescimento de alguns municípios da região e o desenvolvimento de atividades industriais, assim como do comércio e serviços já possibilita alternativas de trabalho e estudo na própria região para uma parcela expressiva dos indivíduos que ali

residem. Contudo, quando comparamos a *taxa de deslocamento intermunicipal para trabalho ou estudo* dos municípios da Baixada com a taxa apresentada pela capital, fica nítida a relação de dependência que aquela população ainda mantém com a cidade do Rio de Janeiro. Em municípios mais próximos da capital, como Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti, aproximadamente 20% da população desloca-se diariamente para trabalhar ou estudar em outro município. Duque de Caxias parece ser um caso diferenciado, pois apesar da proximidade e facilidade de ligação com a capital através de vias expressas e trens urbanos, apresenta uma taxa de deslocamento bem menor (12%), comparativamente a estes outros municípios. Tal fato explica-se, possivelmente, pelo maior grau de desenvolvimento econômico alcançado por este município, que conta com uma expressiva planta industrial, com várias instituições privadas de ensino superior, e com um campus avançado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 6 – Número de domicílios particulares permanentes, densidade domiciliar e percentual de pessoas responsáveis pelo domicílio do sexo feminino - 2000**

	Domicílios	*Densidade domiciliar	% de responsáveis do domicílio do sexo feminino
Estado do Rio de Janeiro	4.252.194	3,38	32,22
Capital	1.801.781	3,25	36,13
Belford Roxo	121.597	3,57	30,59
Duque de Caxias	219.815	3,53	30,23
Guapimirim	10.616	3,57	24,66
Itaguaí	22.971	3,57	26,54
Japeri	23.004	3,62	28,86
Magé	58.125	3,54	30,88
Nilópolis	44.415	3,46	34,87
Nova Iguaçu**	260.582	3,53	31,14
Paracambi	11.436	3,54	30,33
Queimados	33.333	3,66	30,01
São João de Meriti	129.242	3,48	32,13
Seropédica	18.102	3,61	28,15

Fonte: Elaborado a partir do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Fundação CIDE

\* Indicador calculado a partir dos dados do Anuário

\*\* Inclui Mesquita, visto que este último município foi desmembrado de Nova Iguaçu e instalado no ano de 2001.

Em relação às taxas de densidade domiciliar, todos os municípios apresentam adensamento domiciliar superior ao observado tanto para a capital quanto para o estado. Por um lado isto pode indicar a existência de famílias mais numerosas, mas por outro, pode relevar um maior índice de co-habitação (mais de uma família residindo no mesmo domicílio), fator este que seria um dos elementos que contribuem para o déficit habitacional desta região (Cardoso, 1998).

Aproximadamente 1/3 dos domicílios da Baixada têm como *pessoa responsável* uma mulher. O percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio fica muito próximo ao observado para o estado, e um pouco abaixo do registrado para a capital. Uma vez mais, observa-se uma mudança de padrão, embora não muito intensa, nos municípios mais distantes da capital, nos quais nota-se uma diminuição relativa do número de responsáveis do sexo feminino. Provavelmente esta característica está associada tanto a fatores de ordem sócio-econômica quanto a fatores de ordem sócio-cultural.

**Tabela 7 - Distribuição Percentual da População, segundo grupos de idade – 2004.**

	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos e mais
Estado do Rio de Janeiro	8,5	8,3	8,4	9,2	32,8	22,1	10,7
Capital	7,6	7,4	7,6	8,6	32,3	23,6	12,8
Baixada Fluminense	9,9	9,5	9,2	9,6	33,3	20,3	8,1
Belford Roxo	10,5	9,9	9,4	9,8	33,6	19,5	7,2
Duque de Caxias	10,1	9,6	9,2	9,6	33,4	20,2	7,9
Guapimirim	9,9	10,3	9,9	9,9	32,8	18,9	8,4
Itaguaí	10,2	9,5	9,5	10,0	33,2	20,2	7,4
Japeri	11,0	10,9	10,1	10,3	33,0	17,5	7,3
Magé	10,2	9,9	9,6	9,8	32,4	19,5	8,5
Mesquita	9,2	8,9	8,6	9,2	33,6	21,7	8,8
Nilópolis	8,2	7,9	8,2	9,1	32,9	23,1	10,6
Nova Iguaçu	10,0	9,6	9,1	9,6	33,5	20,1	8,0
Paracambi	8,1	8,4	8,5	9,1	33,7	22,4	9,9
Queimados	10,5	10,3	9,8	9,9	33,4	18,7	7,4
São João de Meriti	9,4	8,9	8,7	9,5	33,4	21,4	8,7
Seropédica	9,9	10,0	9,8	9,6	32,9	19,7	8,2

Fonte: Os percentuais foram calculados a partir dos dados absolutos disponibilizados pelo MS/SE/Datasus; disponíveis em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/popmap.htm>.

A distribuição etária da população demonstra uma proporção de jovens e crianças maior que a observada no estado e na capital. Enquanto 38,3% da população da Baixada possui de 0 a 19 anos de idade, este mesmo grupo etário representa 31,2% da população na capital. No município de Japeri, este percentual chega a alcançar 42,3% da população. A observação desta característica etária da população é importante na medida em que sinaliza a necessidade de políticas públicas específicas para estes jovens e crianças.

Vale destacar que também existe diferença expressiva entre a capital e os municípios da Baixada no que se refere à *esperança de vida ao nascer*, que em 2000 era de 70,3 anos na

cidade do Rio de Janeiro, ao passo que em Guapimirim, Queimados e Japeri situava-se próximo a 66,5 anos, ou seja, uma diferença de quase quatro anos a menos.

Outra característica peculiar da população da Baixada é sua distribuição segundo a cor/raça, observando-se o predomínio de indivíduos que se declaram “pretos” ou “pardos”. Como é sabido, a desigualdade social no Brasil encontra-se altamente correlacionada com a cor dos indivíduos, fato este que inclusive tem levado à formulação de políticas de discriminação positiva voltadas para as populações afro-descendentes. No conjunto, 56,6% da população da Baixada declara-se “preta ou parda”, contra 40,2% na capital.

**Tabela 8 – Distribuição percentual da população, segundo a cor/raça. 2000**

	Branca	Preta ou Parda	Outras
Estado do de Janeiro	54,7	44,1	1,2
Capital	58,5	40,2	1,2
Baixada Fluminense	42,0	56,6	1,4
Belford Roxo	38,6	59,9	1,5
Duque de Caxias	41,0	57,7	1,3
Guapimirim	47,2	51,9	0,9
Itaguaí	48,2	49,8	2,0
Japeri	32,8	65,7	1,5
Magé	42,7	56,3	1,0
Nilópolis	48,1	50,8	1,1
Nova Iguaçu *	43,2	55,3	1,6
Paracambi	56,6	42,2	1,2
Queimados	38,4	60,0	1,5
São João de Meriti	41,0	57,9	1,1
Seropédica	49,6	49,7	0,7

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br/bancodados/populacao.htm>

\* os dados de mesquita estão computados em Nova Iguaçu

No município de Japeri, 65,7% dos indivíduos declaram-se “pretos ou pardos”. Se analisarmos este indicador simultaneamente aos indicadores de renda e de escolaridade apresentados neste relatório, constataremos que é neste mesmo município que encontramos a menor média de rendimento e de escolaridade dos chefes dos domicílios, evidenciando o viés de cor/raça historicamente introduzido na estrutura de desigualdades sociais do país.

**Tabela 9 – Distribuição percentual da população, segundo a religião. 2000**

	Católicos	Evangélicos	Outras Religiões	Sem religião
Estado do Rio de Janeiro	55,7	22,0	6,6	15,8
Capital	60,7	17,7	8,3	13,3
Baixada Fluminense	43,7	28,9	5,3	22,0
Belford Roxo	38,2	30,0	4,8	27,0
Duque de Caxias	45,4	27,4	5,4	21,7
Guapimirim	46,6	29,6	3,6	20,2
Itaguaí	42,9	29,7	4,5	22,9
Japeri	36,8	32,9	4,2	26,1
Magé	49,4	26,3	4,5	19,8
Nilópolis	51,3	26,2	6,6	15,9
Nova Iguaçu	43,1	29,1	5,9	21,9
Paracambi	43,4	32,3	8,0	16,3
Queimados	38,3	32,6	4,1	25,0
São João de Meriti	45,7	28,8	5,1	20,4
Seropédica	38,7	35,9	5,3	20,1

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br/bancodados/populacao.htm>

Sem incorrerem em juízos de valor, é fato que as populações de menor renda e escolaridade têm sido o principal segmento alvo da expansão das religiões evangélicas nas últimas décadas. Dadas as características sócio-econômicas da Baixada, é facilmente compreensível o alto percentual de evangélicos (28,9%) em comparação com a capital (17,7%). Entretanto, também chama atenção a proporção de indivíduos que se declaram “*sem religião*”, 22% na Baixada contra 13,2% na capital. Nos municípios de Japeri e Belford Roxo, por exemplo, mais de ¼ da população declarou-se “*sem religião*”. Embora a compreensão do fenômeno exija estudos detalhados, é plausível supor que esta ausência de filiação religiosa também seja reflexo da situação de pobreza e do progressivo esgarçamento dos laços de solidariedade social.

Do ponto de vista das políticas públicas, estes dados são relevantes na medida em que sabemos que a filiação religiosa é um meio de inserção em determinadas redes de solidariedade com alta capilaridade. Neste sentido, nos municípios da Baixada, há que se ter especial atenção com as possíveis redes de solidariedade estruturadas pelas igrejas evangélicas, analisando-as como potenciais fontes de capital social. Por outro lado, o grande número de pessoas que se declaram “*sem religião*” chama-nos atenção para o fato de que um contingente considerável de pessoas pobres não contam, sequer, com as redes de solidariedade instituídas pela filiação religiosa, tornando-se assim, possivelmente, ainda mais vulneráveis.

## 2.2 Economia

### 2.2.1 Análise dos PIB,s municipais

Em termos econômicos, o município da Baixada Fluminense que mais se destaca positivamente é Duque de Caxias, com um PIB per capita de R\$ 11.477,26, valor bastante próximo àquele que se observa para a média do estado, e não muito abaixo do registrado para a capital. Em valores absolutos, o município apresenta o segundo maior PIB do estado, sendo superado apenas pelo município do Rio de Janeiro. A força econômica de Duque de Caxias explica-se, principalmente, por sua inserção na cadeia produtiva do petróleo, especialmente pela presença de uma das mais importantes refinarias do país em seu território, a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), inaugurada em 1961.

**Tabela 10 – Valor do PIB a preços básicos e PIB per capita - 2001**

	PIB (1.000 R\$)	PIB per capita (R\$)
Estado do Rio de Janeiro	159.862.364,00	11.973,39
Capital	80.762.628,00	15.154,72
Belford Roxo	1.439.142,00	3.401,24
Duque de Caxias	7.966.737,00	11.477,26
Guapimirim	142.026,00	4.023,19
Itaguaí	600.333,00	7.922,39
Japeri	175.816,00	2.144,25
Magé	609.209,00	3.346,83
Mesquita	568.381,00	3.453,42
Nilópolis	575.747,00	4.213,58
Nova Iguaçu	2.911.842,00	4.286,46
Paracambi	135.572,00	3.602,12
Queimados	590.183,00	5.061,20
São João de Meriti	1.521.319,00	3.785,14
Seropédica	278.476,00	4.288,33

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003 [CD-Rom]. Fundação CIDE

Em termos per capita, o segundo município melhor posicionado na Baixada Fluminense é Itaguaí (R\$ 7.922,39), fato que tem como principal elemento de explicação a presença do Porto de Sepetiba ([www.portosrio.gov.br/sepetiba/Setpor.htm](http://www.portosrio.gov.br/sepetiba/Setpor.htm)). Na maior parte dos municípios da região o valor do PIB per capita situa-se num patamar bastante inferior, oscilando entre R\$3.500,00 e R\$4.500,00, sendo mais crítico o caso de Japeri com um

valor per capita de apenas R\$ 2.144,25, que o deixa como último colocado entre os 92 municípios do estado.

**Tabela 11 – Participação percentual dos Setores na composição do Produto Interno Bruto - 2001**

	Primário	Secundário		Terciário	
	Total	Total	Ind. de Transf.	Total	Alugueis
Estado do Rio de Janeiro	0,368	38,32	13,50	61,32	9,2
Capital	0,003	17,32	11,82	82,68	11,4
Baixada Fluminense	0,116	40,61	31,07	59,28	24,5
Belford Roxo	0,008	29,80	21,78	70,19	38,6
Duque de Caxias	0,019	58,49	55,32	41,49	12,4
Guapimirim	2,541	24,74	14,15	72,72	34,5
Itaguaí	0,243	8,41	2,71	91,35	17,6
Japeri	0,259	4,02	0,12	95,72	60,8
Magé	0,872	13,71	3,96	85,42	43,4
Mesquita	0,000	42,76	1,44	57,24	37,2
Nilópolis	0,000	20,48	1,48	79,52	33,3
Nova Iguaçu	0,154	27,97	10,71	71,87	33,1
Paracambi	0,784	18,87	11,92	80,35	37,9
Queimados	0,091	46,38	44,13	53,53	26,5
São João de Meriti	0,002	22,19	2,45	77,81	37,3
Seropédica	0,622	12,58	6,69	86,80	30,1

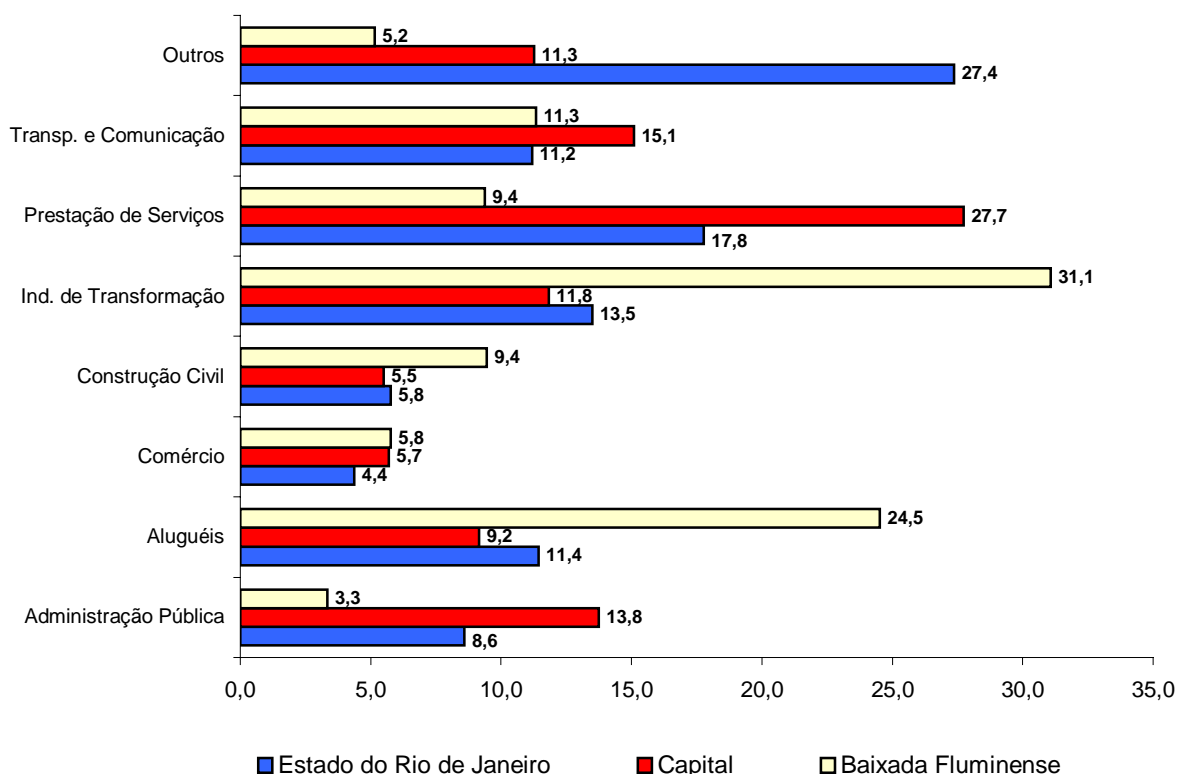
Fonte: Elaborada a partir dos dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Fundação CIDE

A análise da participação proporcional de cada Setor (Primário, Secundário e Terciário)<sup>2</sup> revela especial importância do setor Secundário – especialmente a indústria de transformação – na configuração interna da economia nos municípios de Duque de Caxias, Queimados, e Belford Roxo. A importância do Setor Terciário deve sempre ser relativizada a partir da observação do peso específico assumido pelo item “alugueis”, visto que quanto maior o peso deste último, menor tende a ser o nível real de atividade econômica. Observe-se, por exemplo, o caso de Japeri, município com menor PIB per capita do estado, e no qual 60% do valor total do PIB municipal deriva do item “alugueis”<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Considerou-se como **setor secundário** a soma dos seguintes setores de atividade: extração de petróleo, extração de outros minerais, construção civil, indústria de transformação. Como **setor terciário** considerou-se a soma dos seguintes setores de atividade: administração pública, alugueis, comércio atacadista, comércio varejista, intermediação financeira, prestação de serviços, serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e transporte e comunicações.

<sup>3</sup> No cálculo do PIB o item *alugueis* corresponde não apenas aos valores efetivamente pagos com locação de imóveis, mas também inclui a imputação de valores, correspondentes à despesa “fictícia” com aluguel no (continua na próxima página)

**Gráfico 2 – Participação percentual dos setores de atividade na composição do PIB. Estado do Rio de Janeiro, Capital e Baixada Fluminense. 2001.**



### 2.2.2 Trabalho e renda

A fragilidade econômica da maior parte dos municípios da Baixada fica evidente quando analisamos as informações referentes ao mercado de trabalho formal. Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) referentes Relação Anual de Informações Sociais de 2003 (RAIS) demonstram que o número de postos de trabalho do mercado formal é extremamente reduzido nos municípios daquela região. Esta característica do mercado de trabalho local vai ao encontro de outras características da região, tais como os baixos valores apresentados pelos PIB's per capita e pela renda média dos chefes de domicílio, assim como o intenso deslocamento diário de pessoas para fora dos limites dos seus municípios de residência. Observe-se que, Duque de Caxias e Itaguaí, municípios que apresentam os maiores valores de PIB per capita, registram também os melhores resultados em termos número de postos de trabalho formal. A situação do mercado de trabalho na

---

caso de domicílios próprios. Para uma melhor compreensão da metodologia de cálculo dos PIB's (continua na próxima página)

Baixada Fluminense é extremamente crítica quando comparada à capital ou ao estado. Esta situação acabar por reforçar a característica de cidades-dormitório desta região.

**Tabela 12 - Pessoal ocupado (com registro formal) e percentual do pessoal ocupado (com registro formal) em relação à população de 18 a 64 anos de idade - 2001**

	Pessoal ocupado com registro formal	% do pessoal ocupado (registro formal) em relação à população de 18 a 64 anos de idade
Estado do Rio de Janeiro	2.945.193	34,0
Capital	1.769.158	49,6
Baixada Fluminense	303.002	15,3
Belford Roxo	19.488	7,7
Duque de Caxias	106.184	23,3
Guapimirim	4.113	18,4
Itaguaí	16.281	33,2
Japeri	2.941	6,3
Magé	15.266	12,8
Mesquita	5.550	5,5
Nilópolis	13.165	14,6
Nova Iguaçu	64.309	14,4
Paracambi	4.576	18,5
Queimados	7.938	11,3
São João de Meriti	37.223	14,1
Seropédica	5.968	15,4

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais 2003 – RAIS/MTE

**Tabela 13 - % de Pessoal ocupado (com registro formal), segundo setores de atividade econômica**

	Administração Pública	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Extração Mineral	Indústria de Transform.	(1) SIUP	Serviços
Estado do Rio de Janeiro	20,42	0,83	18,53	3,67	0,68	10,42	1,40	44,06
Capital	22,13	0,11	16,35	3,03	0,15	7,99	1,55	48,69
Baixada Fluminense	16,17	0,23	25,49	5,00	0,23	14,97	0,66	37,25
Belford Roxo	32,60	0,08	24,01	3,85	0,00	10,25	0,10	29,11
Duque de Caxias	10,59	0,03	23,01	8,19	0,03	19,38	0,17	38,61
Guapimirim	37,66	4,84	18,41	6,15	0,15	18,28	0,73	13,79
Itaguaí	25,17	1,28	16,25	4,20	0,61	8,25	0,15	44,08
Japeri	66,51	0,14	18,97	1,19	1,12	3,06	0,27	8,74
Magé	26,54	0,51	26,20	2,83	0,29	11,74	0,00	31,88
Mesquita	14,63	0,02	20,23	0,45	0,00	8,99	0,00	55,68
Nilópolis	22,08	0,00	28,90	4,74	0,00	5,93	0,07	38,28
Nova Iguaçu	9,70	0,12	31,64	4,05	0,42	14,50	2,37	37,19
Paracambi	13,64	0,94	18,79	1,75	0,02	35,95	0,11	28,80
Queimados	24,46	0,03	22,59	1,59	0,14	27,95	0,09	23,15
São João de Meriti	11,25	0,01	30,70	1,77	0,01	10,14	0,56	45,58
Seropédica	50,92	0,52	13,67	2,87	3,22	9,28	0,00	19,52

Fonte: Elaborada a partir dos dados da RAIS 2003 - MTE.

Os *Serviços* são responsáveis pela maior parte dos empregos formais, não apenas na Capital (48,7%), mas também para o conjunto da Baixada Fluminense (37,3%), ainda que isto não se repita em todos os municípios que compõem a região. O segundo setor com maior participação relativa na Baixada e o *Comércio* com 25,5%, seguido da *Administração Pública*, com 16,2%. Os municípios de Japeri e Seropédica têm, respectivamente, 66,5% e 50,9% dos postos de trabalho formais neste setor. Em Japeri este dado reflete a quase inexistência de atividades econômicas privadas, ao passo que, em Seropédica, o número é fortemente influenciado pela presença da Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro ([www.ufrjr.br](http://www.ufrjr.br)). Outro setor expressivo é a *Indústria de Transformação*, que responde por 15% dos empregos formais na região.

**Tabela 14 - Renda Média e Mediana das pessoas responsáveis pelo domicílio, e que possuem algum rendimento (R\$) - 2000**

	Média	Mediana	Mediana Homens	Mediana Mulheres
Estado	970	470	500	350
Capital	1354	650	740	500
Belford Roxo	461	350	400	240
Duque de Caxias	539	361	400	251
Guapimirim	566	302	350	225
Itaguaí	597	400	400	250
Japeri	397	300	302	180
Magé	498	310	380	250
Mesquita	605	400	500	300
Nilópolis	702	498	590	302
Nova Iguaçu	560	377	400	266
Paracambi	548	330	400	250
Queimados	483	320	400	225
São João de Meriti	547	400	450	280
Seropédica	558	355	400	250

Fonte: Censo 2000

Em relação ao rendimento dos responsáveis pelo domicílio, mensurados pelo valor da mediana, o melhor município da baixada é Nilópolis. Esta situação, no entanto, não está diretamente relacionada a aspectos endógenos da economia deste município, mas sim às relações intensas que este mantém com a capital. Basta lembrar que Nilópolis é o município que apresenta a maior *taxa de deslocamento intermunicipal diário para trabalho e estudo* (21% da população). Deve-se destacar também que, historicamente, o município de Nilópolis se constituiu como uma área mais “nobre”, melhor servida de infra-

estrutura, e também por isso, mais procurada como área de residência pelos indivíduos de melhor renda.

Por estarem na área metropolitana do Rio de Janeiro, os municípios da Baixada tendem a apresentar indicadores de renda bem melhores do que aqueles registrados em outras áreas de concentração de pobreza no país. Para evidenciar isto basta utilizar como exemplo o fato de que a renda média dos chefes de domicílio no estado do Rio de Janeiro equivale a quase três vezes o valor observado no estado do Maranhão. Entretanto, para os padrões do estado do Rio de Janeiro, a região da Baixada constitui uma área de grande concentração de pobreza, tanto em termos percentuais como em termos absolutos. O valor médio da renda dos responsáveis por domicílio na Baixada equivale a aproximadamente 40% do valor registrado para a capital, e todos os 13 municípios da região encontram-se abaixo da renda média do estado, sendo Japeri, mais uma vez, o que ocupa a pior posição, ficando em 66º lugar no estado.

A diferença de rendimentos entre homens e mulheres (responsáveis por domicílio) também se mostra mais acentuada na região da Baixada Fluminense. Enquanto na capital o valor da mediana observado para as mulheres equivale a 68% do valor observado para os homens, nos municípios da Baixada, o valor observado para as mulheres varia entre 51% e 64% do valor observado para os homens.

### *2.2.3 Pobreza e indigência*

Os percentuais de indivíduos abaixo da linha de pobreza nos municípios da Baixada Fluminense devem ser analisados considerando também o seu significado em termos absolutos, ou seja, a quantidade de pessoas em situação de pobreza. É sabido que muitos municípios brasileiros apresentam percentuais muito mais elevados de indivíduos vivendo em situação de pobreza, entretanto, também é sabido que as áreas metropolitanas concentram, em termos absolutos, grande parte da pobreza no país. Quando se observa que aproximadamente  $\frac{1}{4}$  da população dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias encontram-se abaixo da linha de pobreza, é preciso atentar para o fato de que em termos absolutos isto significa aproximadamente 400 mil indivíduos.

Tabela 15 – Percentual de Pessoas classificadas abaixo das linhas de indigência e de pobreza - 2000

	(1) % de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75	(2) % de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50
Capital	5,75	13,32
Belford Roxo	13,97	29,92
Duque de Caxias	12,37	26,85
Guapimirim	10,08	27,18
Itaguaí	10,26	25,84
Japeri	19,33	39,32
Magé	12,17	28,34
Nilópolis	7,4	16,51
Nova Iguaçu	11,14	25,03
Paracambi	7,33	20,15
Queimados	13,41	30,59
São João de Meriti	8,86	20,81
Seropédica	12,35	28,88

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD.

(1) Valor considerado ponto de corte para a linha de indigência no ano 2000.

(2) Valor considerado ponto de corte para a linha de pobreza no ano 2000.

A importância de atentar para os números absolutos subjacentes aos percentuais não exclui a necessidade de analisar os próprios percentuais, o que neste caso também revela uma situação de desigualdade entre os municípios de Baixada e a cidade do Rio de Janeiro, na qual o percentual de pobres é menos da metade dos percentuais observados para os municípios da Baixada. Os dados demonstram que, em termos percentuais, a situação mais grave é observada em Japeri, ao passo que em termos absolutos, a situação mais grave é observada nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

#### 2.2.4 Programas de transferência de renda

Os recursos aportados às economias locais por meio dos programas federais de transferência de renda a cidadãos em situação de vulnerabilidade constituem um elemento cujo impacto deve ser considerado não apenas do ponto de vista individual, mas também do ponto de vista coletivo, ou seja, como elemento dinamizador das economias locais.

**Tabela 16 – Quantidade de famílias beneficiadas por programas federais de transferência de renda, segundo tipo de programa, e valor total transferido às famílias. Dezembro de 2004.**

	Bolsa Família	Bolsa Escola	Bolsa Alimentação	Auxílio Gás	Valor total transferido (dez-2004)
Estado	196.330	181.322	4.203	229.193	20.197.380,00
Capital	47.349	64.721	349	85.596	5.721.435,00
Belford Roxo	7.067	6.836	0	7.348	712.020,00
Duque de Caxias	13.863	8.259	153	9.154	1.169.270,00
Guapimirim	1.010	804	35	858	109.265,00
Itaguaí	1.818	1.471	43	3.341	221.000,00
Japeri	2.789	1.197	2	1.296	269.755,00
Magé	5.311	1.274	28	1.781	425.280,00
Mesquita	3.118	1.113	155	1.515	272.675,00
Nilópolis	1.883	1.714	34	2.158	192.920,00
Nova Iguaçu	19.387	14.542	126	15.987	1.901.400,00
Paracambi	847	868	12	985	83.875,00
Queimados	2.297	977	114	1.854	213.675,00
São João de Meriti	6.630	1.748	88	1.854	476.015,00
Seropédica	1.585	710	16	745	146.085,00

Fonte: Elaborada a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**Tabela 17 - Quantidade de indivíduos beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo perfil do beneficiário, e valor total transferido aos beneficiários. Dezembro 2004. (1)**

	Deficientes	Idoso	Total	Valor
Capital	10.246	25.998	36.244	9.464.174,00
Belford Roxo	995	2.813	3.808	994.031,00
Duque de Caxias	1.599	5.460	7.059	1.841.558,00
Guapimirim	97	146	243	63.421,00
Itaguaí	644	1.281	1.925	501.728,00
Japeri	109	234	343	90.042,00
Magé	1.102	1.227	2.329	607.732,00
Mesquita	468	1.384	1.852	483.171,00
Nilópolis	759	1.981	2.740	715.635,00
Nova Iguaçu	2.428	5.838	8.266	2.156.138,00
Paracambi	412	276	688	179.444,00
Queimados	1.803	2.734	4.537	1.184.575,00
São João de Meriti	697	2.305	3.002	783.609,00
Seropédica	201	520	721	188.174,00

Fonte: Elaborada a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(1) O BPC é um benefício com valor de 1 salário mínimo concedido a idosos e a portadores de deficiência que possuem renda inferior a 1/4 do salário mínimo.

Estimativas preliminares produzidas a partir das Tabelas 16 e 17 revelam que o volume agregado de recursos aportados por meio destes programas alcança, em cada município,

valores que equivalem a mais de 10% da receita orçamentária dos municípios<sup>4</sup>. Dada a magnitude do total de recursos transferidos aos cidadãos, é legítimo considerar que estes programas ultrapassam o caráter assistencial, constituindo-se, de fato, em intervenções com impacto sobre as condições de desenvolvimento local.

### **2.3. Indicadores sociais e infra-estrutura**

#### *2.3.1. Saúde*

O conjunto de características que afetam a qualidade de vida na Baixada reflete-se nas condições de saúde de sua população, podendo este efeito ser demonstrado através de alguns indicadores epidemiológicos. Analisando os dados de mortalidade infantil do ano de 2001, observa-se para o estado do Rio de Janeiro uma taxa de 18,25 mortes para cada 1.000 nascidos vivos. Na Baixada Fluminense, em sete, dos treze municípios, a taxa observada situa-se entre 21 e 25 por mil, ficando acima não apenas da taxa estadual, mas inclusive da taxa nacional, que foi de 19,9 por mil.

A análise das causas de internações hospitalares também revela que as condições de vida as quais população está submetida manifestam-se em seu estado de saúde. Nota-se que causas de adoecimento tradicionalmente associadas à pobreza e à insalubridade ambiental, tais como as *doenças infecciosas e parasitárias* (Cap. I – CID 10) e as *doenças do aparelho respiratório* (Cap. XV – CID 10), possuem maior peso relativo no perfil de morbidade hospitalar<sup>5</sup> da Baixada Fluminense. Juntos, estes dois grupos de causas representam 26% do total de internações sofridas por indivíduos que residem na Baixada,

---

<sup>4</sup> Os recursos são transferidos diretamente aos cidadãos, logo, não compõem a receita orçamentária dos municípios. A referência ao percentual dos recursos transferidos pelos programas em relação à receita orçamentária municipal é feita aqui apenas com o sentido de fornecer um parâmetro para mensuração da importância econômica destes valores perante o contexto econômico local.

<sup>5</sup> O perfil de morbidade hospitalar refere-se à análise do conjunto de internações hospitalares sofridas por uma população, segundo as causas específicas de adoecimento que motivaram a internação. Os dados aqui apresentados referem-se às internações realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) e utilizam a classificação de causas da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Deve-se ainda destacar que os dados baseiam-se no local de moradia dos indivíduos que sofreram a internação, independente desta ter sido realizada no município de residência ou em outro município.

ao passo que no município do Rio de Janeiro estas causas respondem por apenas 12% das internações hospitalares.

**Tabela 18 – Indicadores epidemiológicos**

	(1) Taxa de Mortalidade Infantil 2001	Morbidade Hospitalar (2) % de internações pela causa no total de internações, segundo local de residência – 2003	
		Algumas doenças infecciosas e parasitárias (1)	Doenças do aparelho respiratório(2)
Estado do Rio de Janeiro	18,25	6,9	12,3
Capital	15,43	5,3	6,9
Belford Roxo	23,59	13,1	19,4
Duque de Caxias	16,59	6,0	11,1
Guapimirim	15,82	6,4	14,4
Itaguaí	21,86	10,4	15,5
Japeri	22,08	8,6	24,8
Magé	17,32	6,2	10,9
Mesquita	16,86	6,9	10,4
Nilópolis	15,44	4,3	9,2
Nova Iguaçu	22,50	13,7	21,6
Paracambi	15,34	2,6	11,7
Queimados	24,97	15,7	22,8
São João de Meriti	21,07	8,1	17,8
Seropédica	23,86	2,7	7,9

Fonte: MS/SE/DataSUS. (1) Pacto da Atenção Básica. Informação referente ao ano de 2001. (2) Sistema de Informações Hospitalares do SUS – SIA/SUS.

**Tabela 19 - Número de consultórios SUS por mil habitantes, número de leitos SUS por mil habitantes (exclusive leitos psiquiátricos) e percentual da população cadastrada no Programa de Saúde da Família**

	(1) Nº de consultórios SUS por 1.000 habitantes.	(2) Nº de leitos SUS por 1.000 habitantes	(3) % da população cadastrada no PSF
Estado do Rio de Janeiro	0,88	2,14	20,47
Capital	0,74	2,19	5,52
Baixada Fluminense	0,71	1,07	14,11
Belford Roxo	0,37	0,69	15,38
Duque de Caxias	0,60	1,10	14,54
Guapimirim	0,88	0,63	26,79
Itaguaí	2,91	1,44	19,84
Japeri	0,94	2,47	18,06
Magé	0,49	1,23	26,55
Mesquita	0,52	1,06	0,00
Nilópolis	1,70	2,17	17,60
Nova Iguaçu	0,64	0,62	11,30
Paracambi	1,56	4,77	40,59
Queimados	0,78	1,30	7,11
São João de Meriti	0,61	1,16	10,01
Seropédica	0,77	0,00	25,38

Fontes: MS/SE/DataSUS. (1) Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – julho de 2003. (2) Sistema de Informações Hospitalares do SUS – julho de 2003 – excluídos os leitos psiquiátricos. (3) Sistema de Informações da Atenção Básica – dez de 2003.

Uma rápida análise da infra-estrutura para oferta de serviços de saúde permite constatar a já conhecida dependência dos municípios da Baixada em relação à capital no que se refere à assistência hospitalar. Já no que diz respeito à assistência ambulatorial, o número de consultórios por 1.000 habitantes é bastante próximo ao que se observa para a capital e a cobertura do Programa de Saúde da Família, ainda que fosse de apenas 14% em dezembro de 2003, é bastante superior à registrada para o município do Rio de Janeiro. Vale destacar que as unidades de atendimento do PSF estabelecem uma relação de proximidade e vinculação com as comunidades sob sua responsabilidade e, neste sentido, constituem-se em potenciais parceiros para ações de promoção do desenvolvimento nas localidades em que está presente.

### *2.3.2 Saneamento*

As condições de saneamento constituem historicamente um dos mais graves problemas da região da Baixada Fluminense. A ocupação intensiva e desordenada do território propiciou o estabelecimento de um enorme aglomerado urbano, sem que houvesse o desenvolvimento de uma infra-estrutura compatível com o mesmo. Sendo assim, as “valas-negras” proliferavam, contaminando os rios e colocando em risco a saúde da população. Por ser uma região de baixada, as inundações são relativamente periódicas, fazendo com que o esgoto, misturado às águas das chuvas que fazem transbordar os rios, invadam freqüentemente as casas em bairros mais pobres. A luta por saneamento sempre foi uma das principais bandeiras dos movimentos sociais na Baixada, assim como a promessa de realização de obras de saneamento sempre foi um mecanismo de captura de votos junto à população. Nas últimas três décadas, seis grandes projetos de saneamento foram realizados na região da Baixada, somando investimentos superiores a 1 bilhão de dólares (Porto, 2003), entretanto, as condições de saneamento ainda encontram-se distantes do padrão minimamente aceitável para uma área urbana de grande adensamento, como é a região.

Tabela 20 – Condições de Saneamento - 2000

	(1) % de domicílios com esgotamento adequado	% de domicílios com fornecimento de água por rede geral	% de domicílios com lixo coletado	(2) % de domicílios com saneamento adequado
Estado do Rio de Janeiro	84,2	82,4	92,8	73,5
Capital	93,6	97,8	98,9	91,9
Belford Roxo	78,9	72,2	88,4	58,1
Duque de Caxias	77,1	69,3	88,9	56,4
Guapimirim	67,7	33,2	78,4	27,7
Itaguaí	70,3	74,0	88,6	55,0
Japeri	60,1	63,2	57,6	33,3
Magé	61,9	44,8	84,1	32,5
Mesquita	86,7	95,0	96,0	83,1
Nilópolis	96,7	96,2	99,0	92,7
Nova Iguaçu	78,9	77,8	86,5	60,4
Paracambi	71,0	63,2	89,6	51,5
Queimados	81,3	66,4	86,7	55,4
São João de Meriti	91,8	95,4	97,7	87,0
Seropédica	59,0	72,9	80,2	47,6

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.

(1) Ligados à rede geral ou à fossa séptica

(2) Domicílios com escoadouros ligados à rede geral ou fossa séptica, servidos de água proveniente de rede geral de abastecimento, e com o destino do lixo coletado, diretamente ou indiretamente, pelos serviços de limpeza.

Considerando o indicador “saneamento adequado” – que leva em conta o esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo – apenas os municípios de Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita apresentam uma situação que pode ser considerada satisfatória. Ainda assim, deve-se chamar atenção que o IBGE considera como adequada as ligações de esgoto na rede geral, não sendo, portanto realizada distinção entre galerias de captação de esgoto e galerias de captação de águas pluviais. Na prática, sabe-se que na maior parte dos casos, as galerias são utilizadas com dupla função, o que ocasiona o despejo do esgoto “*in natura*” nos rios da região e na Baía de Guanabara. Mesmo em municípios de grande porte, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, mais de 20% dos domicílios não possuem saídas de esgoto ligadas à rede geral ou fossa séptica, o que significa que continuam a lançar o esgoto diretamente nas *valas-negras* ou nos rios, eles mesmos já transformados também em *valas-negras*. Da mesma forma, o abastecimento de água é tão precário quando a captação do esgoto. Este conjunto de fatores reflete-se, como já foi demonstrado, nas condições de saúde da população.

### 2.3.3. Educação e cultura

No que diz respeito aos indicadores de educação, novamente o desempenho dos municípios da Baixada mostra-se inferior, não apenas à capital, mas em muitos casos, às médias observadas para o estado como um todo. Os dados do censo de 2000 revelam que em alguns municípios o analfabetismo ainda atinge parcela expressiva da população, como é o caso de Japeri e Guapimirim, onde aproximadamente 11% da população com dez anos ou mais de idade era analfabeta. Na média a região da Baixada apresenta uma taxa de analfabetismo de 7,25% da população de 10 anos ou mais de idade, contra uma taxa de 4,22% observada para a capital.

No que se refere à escolaridade das pessoas responsáveis pelo domicílio, observamos que, com exceção de Nilópolis, todos os demais municípios estão abaixo da média do estado. Os piores desempenhos são apresentados por Japeri e Guapimirim, que ocupam, respectivamente, a 68ª e a 64ª posição entre os 92 municípios do estado.

**Tabela 21 - Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio e Taxa de analfabetismo da população com 10 anos ou mais de idade - 2000**

	<b>Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio</b>	<b>Taxa de Analfabetismo</b>
Estado do Rio de Janeiro	7,1	6,27
Capital	8,4	4,22
Belford Roxo	5,5	7,59
Duque de Caxias	5,8	7,55
Guapimirim	4,9	10,89
Itaguaí	5,6	8,78
Japeri	4,7	11,53
Magé	5,4	9,22
Mesquita	6,6	4,97
Nilópolis	7,3	3,64
Nova Iguaçu	6,0	7,26
Paracambi	5,7	9,75
Queimados	5,4	8,78
São João de Meriti	6,2	5,42
Seropédica	5,6	9,02

Fonte: Elaborado a partir dos dados do censo demográfico de 2000. IBGE.

**Tabela 22 - Taxa de atendimento escolar (%), segundo grupos de idade - 2000**

	5 a 9 anos de idade	10a 14 anos de idade	15 a 17 anos de idade
Estado do Rio de Janeiro	89,87	96,21	81,46
Capital	91,53	96,88	85,33
Belford Roxo	84,27	94,35	76,91
Duque de Caxias	84,28	96,01	76,16
Guapimirim	88,46	94,69	72,04
Itaguaí	88,61	97,49	78,04
Japeri	84,56	95,29	77,54
Magé	82,77	96,28	77,96
Nilópolis	90,66	97,44	87,43
Nova Iguaçu*	84,96	95,38	79,48
Paracambi	94,81	97,58	89,67
Queimados	83,45	94,44	76,33
São João de Meriti	87,38	95,98	81,87
Seropédica	87,15	93,96	77,18

Fonte: Anuário estatístico 2003

\* Os dados do Município de Mesquita ainda foram computados no Município de Nova Iguaçu.

No âmbito da cultura existem poucas opções para os moradores desta região. Das 223 bibliotecas existentes no estado, apenas 11 encontram-se na Baixada Fluminense, ou seja, a região reúne apenas 5% das bibliotecas, embora concentre 24% da população residente no estado. O número de teatros, cinemas e museus, também são baixos. Representam apenas 9,2% dos cinemas, 2,4% dos museus e 7,3% dos teatros encontrados em todo estado.

**Tabela 23 - Equipamentos culturais 2000**

	Quantidade Bibliotecas	Quantidade Cinemas	Quantidade Museus	Quantidade teatros
Estado do Rio de Janeiro	223	184	124	177
Capital	77	125	77	104
Baixada Fluminense	11	17	3	13
Belford Roxo	0	0	0	0
Duque de Caxias	2	5	1	3
Guapimirim	0	0	1	0
Itaguaí	1	0	0	1
Japeri	0	0	0	0
Magé	2	0	0	2
Nilópolis	1	0	1	1
Nova Iguaçu*	1	4	0	3
Paracambi	1	1	0	0
Queimados	1	0	0	0
São João de Meriti	1	6	0	2
Seropédica	1	1	0	1

Fonte: Anuário estatístico 2003 \* Os dados de mesquita foram computados em Nova Iguaçu

Cabe ressaltar que a carência destes equipamentos culturais não é exclusividade da Baixada Fluminense, observando-se o mesmo fenômeno para o interior do estado.

Entretanto, justamente por estarem na Região Metropolitana poderia se esperar que os municípios da Baixada desfrutassem de uma melhor situação no que se refere a tais equipamentos.

#### 2.3.4 Exclusão digital

A exclusão digital é um tema hoje em pauta, tanto na sociedade, quanto nas políticas públicas brasileiras, o que pode ser percebido, por exemplo, pela intensa discussão a respeito da aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), através do qual o governo vem promovendo e financiando ações direcionadas à inclusão digital. As desigualdades no acesso e conhecimento das novas tecnologias contribuem para que uma parcela da população sofra restrições crescentes na busca de colocação no mercado de trabalho, visto que o domínio básico dos conhecimentos de micro-informática no nível de usuário é hoje um requisito indispensável para grande número de funções na indústria, comércio e serviços.

**Tabela 24 - Percentual de domicílios com computador – 2000 (1)**

	% de domicílios com computador
Capital	23,0
Belford Roxo	4,1
Duque de Caxias	6,4
Guapimirim	4,9
Itaguaí	6,6
Japeri	2,8
Magé	4,5
Nilópolis	12,3
Nova Iguaçu	6,9
Paracambi	8,1
Queimados	3,4
São João de Meriti	7,0
Seropédica	5,3

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Censo 2000. IBGE.

(1) Para o cálculo do indicador, a quantidade total de domicílios não considerou os domicílios coletivos e improvisados

A situação de exclusão digital não é necessariamente determinada pela ausência de computador no domicílio. Obviamente este ainda é um bem de consumo de valor elevado para a realidade sócio-econômica brasileira, mas a ausência deste equipamento no domicílio pode ser compensada por estratégias que facilitem o acesso e aprendizado destas tecnologias em espaços coletivos, preferencialmente públicos. De toda maneira, os dados

da tabela acima fornecem uma *proxy* de mensuração da exclusão digital, e uma vez mais evidencia o alto grau de desigualdades entre o município do Rio de Janeiro e os municípios da Baixada Fluminense.

### 2.3.5 Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M)

**Tabela 25 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - 2000**

	IDH-M (valor)	Posição na UF	Posição Nacional
Capital	0,842	2	60
Belford Roxo	0,742	60	2106
Duque de Caxias	0,753	52	1796
Guapimirim	0,739	63	2174
Itaguaí	0,768	42	1376
Japeri	0,724	77	2531
Magé	0,747	57	1977
Nilópolis	0,788	19	846
Nova Iguaçu	0,762	45	1526
Paracambi	0,771	39	1304
Queimados	0,732	73	2372
São João de Meriti	0,774	35	1213
Seropédica	0,759	47	1609

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD. 2000.

O IDH-M é um índice sintético calculado para os municípios brasileiros pelo PNUD, em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro. Tem como inspiração o Índice de Desenvolvimento Humano calculado para os países, entretanto, possui adaptações metodológicas para sua aplicação ao nível municipal. Seu resultado reflete a composição dos seguintes indicadores: *Esperança de vida ao nascer; Taxa de alfabetização de adultos; Taxa bruta de frequência escolar; Renda per capita*

Embora tenha inegável valor para a fornecer uma rápida apreensão/classificação dos níveis de desenvolvimento municipal, o IDH-M, tal como outros índices sintéticos, é um instrumento bastante limitado para instrumentalização de políticas públicas, visto que, de forma geral estas necessitam de indicadores mais específicos, relacionados ao tipo de intervenção e ao público alvo da política. Ainda assim, o IDH-M tem grande visibilidade política e social, e é utilizado por várias instituições como parâmetro de comparação entre

municípios, fato este que justifica a sua inclusão no presente documento. Para facilitar a interpretação do índice, incluiu-se na tabela a posição relativa de cada município em relação à UF e ao país. Para uma interpretação mais apurada também é importante lembrar o número total de municípios no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, que no ano 2000 eram em respectivamente 91 e 5.506.

## 2.4 Gestão Pública

### 2.4.1 Finanças públicas

**Tabela 26 \* – Receita Orçamentária (R\$), Receita Orçamentária per capita (R\$) e Percentual da Receita Tributária \*\* na composição da Receita Orçamentária. 2003.**

Municípios	Receita Orçamentária	Receita Orçamentária per capita	% da Receita Tributária na Receita Orçamentária
Capital	6.991.917.227,90	1.177,64	36,03
Belford Roxo	127.353.107,69	283,01	10,21
Duque de Caxias	497.966.780,62	623,94	18,16
Guapimirim	33.271.708,40	831,17	10,76
Itaguaí	69.823.883,69	812,68	24,81
Japeri	34.715.764,86	399,22	4,65
Magé	89.742.374,67	417,98	14,15
Nova Iguaçu	222.836.740,40	285,56	25,18
Queimados	45.527.105,79	358,85	8,75
São João de Meriti	134.788.633,36	296,59	13,69

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda. STN/MF.

\* O Banco de Dados da STN/MF referente ao ano de 2003 não possui informações para os municípios de Mesquita, Nilópolis, Paracambi e Seropédica.

\*\* A Receita Tributária é o que convencionamos chamar de "arrecadação própria" do município, ou seja, os tributos, taxas e contribuições arrecadadas diretamente pelo poder municipal.

Em termos nominais, Duque de Caxias possui o maior orçamento entre os municípios da Baixada e o terceiro maior orçamento municipal do estado do Rio de Janeiro. Ainda que em termos *per capita* sua receita orçamentária seja inferior a registrada para os municípios de Itaguaí e Guapimirim, deve-se considerar que de forma geral os municípios menos populosos tendem a apresentar receita per capita maior do que os municípios mais populosos. Esta tendência, já confirmada por vários estudos, explica-se principalmente pelo impacto do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é uma transferência particularmente importante para os municípios de menor porte, pois possui caráter

redistributivo, beneficiando com maiores valores as cidades menos populosas. No caso específico, Duque de Caxias recebeu em 2003 R\$20,00 per capita a título de transferência do FPM, enquanto Guapimirim e Itaguaí receberam, respectivamente, R\$133,00 e R\$107,00. Em termos orçamentários, os municípios que enfrentam os maiores constrangimentos são Nova Iguaçu, São João de Meriti e Belford Roxo. Embora o município de Nova Iguaçu possua um contingente populacional similar ao de Duque de Caxias, seu orçamento é inferior à metade do orçamento deste último.

Com exceção de Itaguaí, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, os municípios da Baixada Fluminense, destacam-se pelo baixo percentual que a Receita Tributária representa na composição das Receitas Orçamentárias. O caso de Japeri é o mais emblemático neste sentido, pois sua arrecadação própria corresponde a apenas 5% de suas receitas, sendo os 95% restantes, provenientes de transferências federais e estaduais.

A receita tributária municipal, ou falando mais simplesmente, a arrecadação própria do município, é composta pelos *impostos, taxas e contribuições* arrecadados diretamente pelo governo local. Os *impostos* recolhidos pelas municipalidades são os seguintes: IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana); ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), ITBI (Imposto sobre Transmissão de bens imóveis Intervivos).

Dessas várias formas de tributos, dois impostos predominam na composição da receita tributária municipal, que são o IPTU e o ISS. A partir de pesquisa sobre receita tributária dos municípios brasileiros no ano de 2001, Bremaeker (2003) constatou que esses dois tributos foram responsáveis por 78% da arrecadação própria dos municípios brasileiros. No Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2000, esses dois impostos foram responsáveis por 82% da receita tributária dos municípios. (Farias e Fonseca, 2003). O volume de arrecadação destes tributos, embora seja influenciado pelo grau de dinamismo da economia local, também é fortemente influenciado pela capacidade de organização da máquina administrativa municipal e pelas políticas de isenção fiscal.

Tabela 27 \* – Despesas por Função como percentual da Despesa Orçamentária Total (R\$). 2003.

Municípios	Administração	Saúde	Educação	Assistência Social	Cultura	Urbanismo	Saneamento	Outras
Capital	9,25	20,48	24,55	1,69	1,20	10,92	0,26	31,64
Belford Roxo	17,44	28,08	38,59	1,56	0,05	4,28	0,04	9,96
Duque de Caxias	15,08	25,29	31,31	0,00	0,24	11,49	0,54	16,04
Guapimirim	27,23	17,68	23,41	0,59	0,00	19,02	9,06	3,01
Itaguaí	25,84	25,35	29,43	1,10	0,65	4,23	6,32	7,07
Japeri	20,18	21,99	31,48	1,17	0,00	20,43	0,00	4,75
Magé	11,14	18,50	34,19	2,00	0,01	17,41	4,41	12,33
Nova Iguaçu	12,99	34,55	22,05	0,67	0,48	6,71	5,64	16,91
Queimados	31,92	19,86	32,64	0,69	0,72	9,39	0,00	4,77
São João de Meriti	19,05	30,02	21,18	0,83	0,35	9,50	3,32	15,75

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda. STN/MF.

\* O Banco de Dados da STN/MF referente ao ano de 2003 não possui informações para os municípios de Mesquita, Nilópolis, Paracambi e Seropédica.

A composição das *despesas por função* nos municípios da Baixada apresenta padrões diversificados. Pode-se dizer que, em comum, só possuem a concentração de gastos nas áreas de saúde e educação, que juntas respondem por aproximadamente 50% das despesas. Estas áreas, no entanto, têm o gasto regulamentado por legislação específica e são fortemente financiadas por transferências federais e estaduais, por isto não surpreende a relativa homogeneidade observada nos percentuais orçamentários destinados a estas funções.

Os gastos na função *Administração* variam entre 11% e 32%, fato que pode estar demonstrando diferenças importantes no que diz respeito à eficiência do aparato administrativo. Os gastos na função *Assistência Social* são baixos, e variam entre zero e 2%, apesar da situação de carência da população. Os gastos na função *Cultura* também são relativamente baixos, e em quatro dos nove municípios analisados, não ultrapassam 0,05% do total de despesas.

Na área de urbanismo, percebe-se um esforço diferenciado entre os municípios, contudo, para uma análise mais consistente seria necessário observar uma série histórica. Guapimirim, Japeri e Magé são os municípios com maior gasto na função *Urbanismo*, com percentuais de despesa entre 17% e 20%. É interessante notar que estes três municípios também são aqueles nos quais as despesas classificadas como *investimentos* alcançam os maiores percentuais em relação à despesa total, variando entre 13,6% e 18,4%. Nos

demais municípios o investimento variou entre 5% e 9%, com exceção de Itaguaí, onde foi de apenas 2%.

Em relação ao gasto na função *Saneamento*, apenas quatro entre os nove municípios analisados realizaram despesas com alguma expressão (entre 4% e 9%), muito embora este seja reconhecidamente um dos grandes problemas da região. Neste ponto, é preciso reconhecer, no entanto, que as obras de saneamento tendem a requerer grande aporte de recursos, sendo por isso mais comumente financiadas pelas instâncias estadual e federal, mas ainda assim, chama atenção o fato de que em quatro municípios os gasto em saneamento não chegou, sequer, a 1% das despesas.

#### 2.4.2 Recursos humanos das administrações municipais

**Tabela 28 – Quantidade Total de Funcionários Municipais Ativos (Administração Direta e Indireta) e Quantidade de Funcionários Municipais Ativos por mil habitantes – 2001**

	Funcionários Ativos	Funcionários por 1.000 hab
Capital (1)	85.671	14,5
Belford Roxo	5.845	13,2
Duque de Caxias	8.435	10,8
Guapimirim	1.186	30,3
Itaguaí	2.165	25,7
Japeri	1.892	22,2
Magé	4.140	19,6
Mesquita (2)	296	1,8
Nilópolis	3.428	22,4
Nova Iguaçu	7.043	9,2
Paracambi	1.597	39,0
Queimados	2.188	17,6
São João de Meriti	4.453	9,8
Seropédica	1.293	19,3

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001. IBGE

(2) O dado para Mesquita deve ser analisado considerando-se que a implantação do município ocorreu no próprio ano de 2001. Neste sentido, ele não possui comparabilidade com os demais municípios.

O número de funcionários da administração municipal para cada mil habitantes é bastante heterogêneo no conjunto de municípios, variando entre 9,2 e 39,0. Entretanto é possível identificar um certo padrão relacionado ao porte populacional; municípios com maior população tendem a apresentar uma relação *funcionário por habitante* bem mais modesta

que aquela observada para os municípios de menor população. Este fato está relacionado com os problemas de eficiência *vis-à-vis* a escala produção. Isto significa que em alguns aspectos é inevitável que municípios maiores obtenham maior grau de eficiência. Neste ponto específico, o critério relevante deve ser, sobretudo, a quantidade de funcionários necessária à manutenção dos serviços ofertados à população, devendo os critérios de eficiência serem aplicados a partir desta premissa/critério básico.

#### 2.4.3 Instrumentos de gestão para o desenvolvimento

O cenário nacional dos anos 90 foi marcado, dentre outros traços, pelas transformações da estrutura produtiva derivadas do processo de globalização econômica. Neste contexto, a ideologia da *competitividade* atingiu diretamente a gestão dos territórios, fazendo com que grande parte dos governos estaduais e municipais tentassem desenvolver estratégias – muitas vezes predatórias – para manter ou atrair investimentos e atividades econômicas.

A busca por recursos gerou uma competição entre os entes da federação que ficaria popularmente conhecida como *Guerra Fiscal*. Dentro desta visão, uma série de medidas deveriam ser tomadas para que município se tornasse atraente para o investimento. Neste contexto, vários municípios da Baixada buscaram desenvolver incentivos para atração de atividades econômicas. Foge ao escopo deste estudo analisar o impacto destes incentivos, entretanto, considerou-se importante descrever a sua existência em cada um dos municípios da região.

**Tabela 29 – Existência de incentivos Municipais para o desenvolvimento de atividades econômicas -2001**

Município	Incentivos para atração de atividades econômicas	Benefício tributário relativo ao IPTU	Benefício tributário relativo ao ISS	Doação de terras	Fornecimento de infraestrutura
Belford Roxo	Sim	Não	Não	Não	Não
Duque de Caxias	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Guapimirim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Itaguaí	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Japeri	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Magé	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Mesquita	Não	Não	Não	Não	Não
Nilópolis	Não	Não	Não	Não	Não
Nova Iguaçu	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Paracambi	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Queimados	Sim	Sim	Sim	Não	Não
São João de Meriti	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Seropédica	Sim	Sim	Sim	Não	Não

(continuação)

Município	Distrito industrial	Outros incentivos	Programa de geração de trabalho e renda	Programa ou ação de capacitação profissional
Belford Roxo	Não	Não	Sim	Sim
Duque de Caxias	Sim	Sim	Sim	Sim
Guapimirim	Não	Não	Sim	Sim
Itaguaí	Sim	Não	Sim	Sim
Japeri	Sim	Não	Sim	Sim
Magé	Não	Não	Sim	Não
Mesquita	Não	Não	Não	Não
Nilópolis	Não	Não	Não	Não
Nova Iguaçu	Não	Não	Sim	Sim
Paracambi	Sim	Não	Sim	Sim
Queimados	Sim	Não	Sim	Não
São João de Meriti	Não	Não	Sim	Sim
Seropédica	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborada a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2001. IBGE.

Dos treze municípios, apenas três não possuíam incentivos para atração de atividades econômicas, são eles: Belford Roxo<sup>6</sup>, Nilópolis e Mesquita. Quanto a este último, deve-se considerar que a instauração do município deu-se apenas em 2001, mesmo ano da pesquisa realizada pelo IBGE.

Dentre os incentivos, os mais frequentes foram os benefícios tributários relacionados ao ISS (observada em 8 municípios) e ao IPTU (7 municípios). A prática de doação de terras foi utilizada apenas por Japeri e Duque de Caxias, município este que apresenta o maior número de incentivos. Os programas de geração de trabalho e renda e de capacitação profissional são desenvolvidos pela maioria dos municípios, mas a pesquisa do IBGE não fornece informações sobre o número de pessoas beneficiadas, informação esta que seria indispensável para uma análise mais criteriosa.

A pesquisa realizada pelo IBGE também fornece informações interessantes acerca dos mecanismos de democratização da gestão das políticas públicas nos municípios. Vale lembrar que o cenário da redemocratização do país na década de 1980 produziu propostas de descentralização e participação social que se cristalizaram no texto da Constituição Federal de 1988 e na legislação subsequente. Este novo arcabouço jurídico-político alçou os governos municipais a uma posição estratégica na operação de uma série de políticas setoriais e, simultaneamente, induziu a criação de mecanismos de participação e controle

<sup>6</sup> Embora Belford Roxo declare desenvolver programas de geração de renda e da capacitação, consideramos como *incentivos* apenas os benefícios concedidos diretamente ao empresariado.

social na gestão das políticas públicas municipais, com destaque para a criação dos conselhos de políticas setoriais.

Na maioria dos casos, a existência dos Conselhos não deriva nem de uma tradição cívica da sociedade local, tampouco do caráter democrático dos governos, sendo os conselhos instituídos por força de obrigação legal ou por indução produzida em âmbito federal. Sem entrar no mérito da eficácia ou dos efeitos produzidos por tais conselhos, é preciso considerar que a sua existência não reflete necessariamente o grau de participação e democratização dos governos locais. Sendo assim, quando se objetiva uma análise da democratização da gestão local deve-se dar especial atenção à existência dos conselhos para os quais a indução das instâncias federal ou estadual não é determinante.

Na Baixada Fluminense observa-se que os Conselhos de Saúde e Assistência Social se fazem presentes em todos os treze municípios, e os Conselhos de Educação e Criança/Adolescente só não existem em um ou dois municípios. Entretanto, como já foi mencionado, a existência destes Conselhos é fortemente induzida (ou mesmo exigida) pelo nível federal. Os Conselhos de Emprego e Trabalho também já alcançam um número expressivo (5 municípios), porém, também nestes é preciso considerar a indução do nível federal, já que estes são uma exigência para a captação de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

**Tabela 30 - Existência de Conselhos Municipais gestores de políticas setoriais**

<b>Municípios</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>	<b>Assistência Social</b>	<b>Criança e Adolescente</b>	<b>Meio Ambiente</b>	<b>Política Urbana</b>	<b>Habitação</b>	<b>Desenvolv. Econômico</b>	<b>Emprego e Trabalho</b>	<b>Turismo</b>	<b>Cultura</b>	<b>Transportes</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Outros</b>	<b>TOTAL</b>
Belford Roxo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	<b>6</b>
Duque de Caxias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	<b>6</b>
Guapimirim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	<b>4</b>
Itaguaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	<b>6</b>
Japeri	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	<b>6</b>
Magé	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	<b>7</b>
Mesquita	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	<b>4</b>
Nilópolis	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	<b>4</b>
Nova Iguaçu	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	<b>7</b>
Paracambi	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	<b>6</b>
Queimados	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	<b>7</b>
São João de Meriti	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	<b>6</b>
Seropédica	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	<b>5</b>
<b>Nº de Conselhos por área/setor</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2001. IBGE.

Aparentemente, a criação dos Conselhos de Meio Ambiente é a que mais se relaciona com a dinâmica local, e pode estar sendo motivada – embora não diretamente induzida – pela implantação do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, em curso desde 1994. A questão ambiental na Baixada está intimamente relacionada ao saneamento, logo, é possível que estes conselhos estejam se constituindo em espaços de discussão deste problema. Neste sentido, vale destacar a existência, desde 1984, do Comitê Político de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, fórum que aglutina movimentos populares e ONG's (Pereira & Porto, 1998; Porto, 2003), e que propicia a formação uma base social politicamente organizada, capaz de intervir de maneira qualificada nos espaços institucionais de participação.

Considerando que os municípios da Baixada estão localizados numa área metropolitana altamente adensada e com enormes problemas de infra-estrutura, surpreende a total inexistência de Conselhos de Política Urbana e de Transportes, mas ao mesmo tempo, este fato vai ao encontro de uma característica freqüentemente atribuída aos municípios da região, qual seja, o caráter pouco democrático dos governos locais, e baixa permeabilidade dos mesmos à participação social. No mesmo sentido, é extremamente tímida a existência de Conselhos em outras áreas, como as de Habitação, Desenvolvimento Econômico, Cultura e Orçamento.

O baixo nível de democratização e participação dos governos municipais na Baixada, assim como o domínio das práticas patrimonialistas e clientelistas, são freqüentemente apontadas como um traço político que historicamente caracteriza a região. Certamente, estas características gerais não devem ser, aprioristicamente, atribuídas a nenhum governo em particular; contudo, é seguro afirmar que a região não possui uma tradição democrática e participativa nas administrações municipais.

### 3. Municípios prioritários para projetos de desenvolvimento local

#### 3.1 Critérios de Seleção dos Municípios

A focalização de dois municípios para a implantação dos projetos de desenvolvimento local na região da Baixada Fluminense é uma tarefa complexa, visto que os treze municípios que a compõem apresentam características econômicas e/ou sociais que justificam a necessidade deste tipo de intervenção. Os critérios de seleção aqui adotados procuram identificar, de forma tecnicamente consistente, dois municípios *prioritários* para a implantação do Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Itália; o que não significa negar a situação de carência ou necessidade dos demais municípios.

Para auxiliar a seleção dos dois municípios prioritários foi elaborado um quadro comparativo sintético com cinco indicadores, sendo três deles relativos aos aspectos econômicos e outros dois a aspectos sociais. Cada um dos três indicadores econômicos busca mensurar uma dimensão distinta de materialização do fenômeno econômico, a dizer, o valor da produção realizada no território municipal, o volume de recursos públicos dos governos locais e, por fim, o nível de renda da população. Sendo assim, os indicadores econômicos utilizados foram o *PIB per capita*, a *receita orçamentária municipal per capita* e a *renda média das pessoas responsáveis pelo domicílio*. Quanto aos indicadores que mensuram aspectos do desenvolvimento social, utilizou-se a *média de anos de estudo das pessoas responsáveis pelo domicílio* e a *taxa de mortalidade infantil*.

Deve ficar claro que não se objetiva com isto que a seleção seja determinada por algum um tipo de cálculo matemático baseado nos indicadores, mas apenas busca-se garantir uma base de informações que permita efetuar a seleção dos municípios segundo critérios legítimos de classificação hierárquica de necessidades/carências.

**Tabela 31 – Tabela síntese de indicadores municipais**

	PIB per capita (1)	Receita Orça- mentária per capita (2)	Mediana de renda dos responsáveis por domicílio (3)	Taxa Mortal. Infantil (1)	Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio (3)
Belford Roxo	3.401,24	283,01	350	23,59	5,5
Duque de Caxias	11.477,26	623,94	361	16,59	5,8
Guapimirim	4.023,19	831,17	302	15,82	4,9
Itaguaí	7.922,39	812,68	400	21,86	5,6
Japeri	2.144,25	399,22	300	22,08	4,7
Magé	3.346,83	417,98	310	17,32	5,4
Mesquita *	3.453,42	302,64	400	16,86	6,6
Nilópolis *	4.213,58	380,75	498	15,44	7,3
Nova Iguaçu	4.286,46	285,56	377	22,50	6,0
Paracambi **	3.602,12	530,12	330	15,34	5,7
Queimados	5.061,20	358,85	320	24,97	5,4
São João de Meriti	3.785,14	296,59	400	21,07	6,2
Seropédica ***	4.288,33	--	355	23,86	5,6

Fonte: ver tabelas 10, 14, 15, 17 e 21.

Chamadas: (1) Referente ao ano de 2001. (2) Referente ao ano de 2003. (3) Referente ao ano 2000.

\* Dados da receita orçamentária estimados com base no ano de 2002, utilizando-se como fator de correção o crescimento soma das receitas dos municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, Magé, Itaguaí, Queimados e Guapimirim no período 2002-2003, que equivale a 11,6%.

\*\* Dados da receita orçamentária estimados com base no ano de 2000, utilizando-se como fator de correção o crescimento soma das receitas dos municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, Magé, Itaguaí, Queimados, Guapimirim, São João de Meriti e Japeri no período 2000-2003, que equivale a 48,7%.

\*\*\* Não possui informações disponíveis sobre a receita orçamentária no período 2000-2003.

A tabela síntese de indicadores (Tabela 31) foi utilizada para visualizar os valores extremos, tanto positivos (valores em azul), quanto negativos (valores em vermelho), e o conjunto de valores homogêneos (valores em preto), para os quais as pequenas diferenças observadas não constituem, do ponto de vista qualitativo, um elemento de diferenciação suficiente para guiar a escolha de um município em detrimento de outro.

Considerou-se o PIB per capita um indicador relevante na medida em que expressa a geração de riqueza e o dinamismo econômico em âmbito municipal. Municípios com menor PIB per capita devem ser priorizados, visto que, em geral, apresentam menor nível de desenvolvimento econômico.

Embora o PIB, em termos teóricos, apresente-se correlacionado com a renda da população e a receita pública, este fato não é uma regra absoluta, principalmente quando trabalhamos com o recorte municipal. Uma empresa instalada em um município pode ter grande impacto sobre o seu PIB, sem, contudo, afetar significativamente o rendimento das pessoas que lá residem. Da mesma maneira, a formação da receita pública municipal também está sujeita a ação de outras variáveis intervenientes que fazem com que ela não seja determinada apenas e diretamente pela atividade econômica desenvolvida em âmbito local.

A característica de *idades-dormitório* faz com que nos municípios da Baixada Fluminense a renda proveniente do trabalho esteja influenciada pela capacidade de inserção de sua população no mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro. Assim, um município com economia menos desenvolvida (menor PIB per capita) pode apresentar melhores indicadores de renda, caso sua população esteja mais bem articulada ao mercado de trabalho da capital. Logo, municípios nos quais a renda dos responsáveis pelo domicílio seja menor, devem ser priorizados em relação àqueles nos quais a renda é maior.

A capacidade financeira dos governos municipais é outro critério importante estabelecido para a seleção. Municípios com menores receitas orçamentárias, teoricamente, têm maiores constrangimentos para desenvolver políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, como a implantação do projeto em foco prevê o aporte de recursos aos municípios, é lícito supor que estes recursos terão, em termos relativos, maior impacto para os municípios nos quais a receita pública existente seja mais escassa.

Os indicadores de educação e saúde buscam qualificar um pouco mais o grau de desenvolvimento e de qualidade de vida observado nos municípios estudados. No que se refere à educação, sabe-se que esta possui um papel primordial nos processos de desenvolvimento, particularmente no que se refere a sustentabilidade dos mesmos. A priori, municípios com maior carência de capital humano tendem a apresentar condições menos favoráveis aos processos de desenvolvimento, tornando-se assim mais importante o apoio de agentes externos para que eles superem esta situação. Sendo assim, priorizar na escolha os municípios com menor escolaridade média é coerente com uma política de redução das desigualdades. Por fim, a taxa de mortalidade infantil é um indicador clássico para avaliação da qualidade de vida das populações, pois seus resultados refletem a ação simultânea de um amplo conjunto de variáveis. A mortalidade infantil é afetada por fatores relacionados às condições de saneamento e meio ambiente, renda, educação, acesso a serviços públicos etc. Neste sentido, é como se fosse, ela mesma, um indicador sintético do conjunto de elementos que determinam a qualidade de vida das populações.

O tabela seguinte sintetiza a posição comparativa dos municípios a partir da classificação dos valores obtidos em cada um dos cinco indicadores utilizados na Tabela 31. Vale lembrar que os pontos de corte arbitrados foram estabelecidos por julgamento qualitativo,

logo a classificação dos valores em *melhores*, *médios* e *piores*, está, até certo ponto, permeada pela subjetividade do analista.

**Tabela 32 – Classificação dos Indicadores Municipais (1)**

	Quantidade de Indicadores, segundo a posição comparativa		
	Melhores	Médios	Piores
Belford Roxo	0	3	2
Duque de Caxias	3	2	0
Guapimirim	2	1	2
Itaguaí	2	2	1
Japeri	0	1	4
Magé	1	3	1
Mesquita	2	2	1
Nilópolis	3	2	0
Nova Iguaçu	0	3	2
Paracambi	1	4	0
Queimados	1	3	1
São João de Meriti	0	3	2
Seropédica	0	3	1

(1) Ver lista dos indicadores na Tabela 25

A análise das Tabelas 31 e 32 permite distinguir, dentre os treze municípios da Baixada Fluminense, um conjunto de quatro municípios, que, segundo os critérios utilizados, apresentam um quadro social e econômico mais vulnerável e, por isso, deveriam ser alvos prioritários para os projetos de desenvolvimento local; são eles: Belford Roxo, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Japeri.

Japeri apresenta indicadores acentuadamente piores quando comparado com os demais municípios. Em realidade, este município se constitui como “periferia da periferia”, e como tal, encontra-se submetido a graves problemas sociais decorrentes das desigualdades impostas pela estrutura subjacente à organização do espaço metropolitano. Seu quadro sócio-econômico o torna um município prioritário para a implantação de projetos de desenvolvimento local e de estratégias de redução das desigualdades sócio-espaciais.

Os outros três municípios (Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti) apresentam um quadro de carências sócio-econômicas relativamente homogêneo quando comparados

entre si<sup>7</sup>, tornando difícil a seleção de um deles com base exclusiva nos indicadores utilizados. Nesta circunstância, recomenda-se que o município de Nova Iguaçu seja priorizado em função de seu maior porte populacional (800 mil habitantes) e de suas características de pólo regional. É legítimo supor que experiências bem sucedidas realizadas neste município desencadeiem efeitos multiplicadores com impacto sobre maiores contingentes populacionais, inclusive com potencial reflexo político, econômico e social nos municípios ao seu entorno.

Ressaltando-se sempre a situação de carência observada para o conjunto de cidades da Baixada Fluminense, e o fato de que o fomento a projetos de desenvolvimento local é uma ação legítima e necessária em todos os treze municípios que compõem a região, a análise realizada no presente documento recomenda que os municípios de Japeri e Nova Iguaçu sejam prioritariamente selecionados para a implantação das ações de promoção do desenvolvimento local, realizadas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre a Presidência da República do Brasil e os governos das Regiões Italianas de Marche, Toscana e Úmbria.

### **3.2 Informações adicionais sobre os municípios selecionados**

#### *3.2.1 Relatório sumário da visita às Prefeituras*

As visitas realizadas às Prefeituras dos municípios selecionados tiveram como objetivo identificar, por consulta ao poder público local, a eventual existência de ações locais cujo conhecimento da existência pudesse constituir informação essencial ou relevante para o presente diagnóstico. Neste sentido, tentou-se capturar as seguintes informações: a) iniciativas públicas locais dirigidas à promoção do desenvolvimento; b) identificação dos órgãos ou Secretarias com papel mais estratégico nas ações ligadas à promoção do desenvolvimento local; c) existência de práticas de parceria entre Estado e Sociedade Civil; d) existência de projetos federais ou estaduais com impacto relevante sobre o município.

---

<sup>7</sup> A referência a uma relativa homogeneidade entre estes municípios está baseada exclusivamente no desempenho dos indicadores utilizados na comparação. Obviamente, cada um deles possui particularidades (*continua na próxima página*)

**Município de Nova Iguaçu**

Prefeito: Lindberg Farias

Partido do Prefeito: PT

Data da visita do consultor: 11/02/2005

Órgão visitado: Secretaria Municipal de Promoção Social de Nova Iguaçu.

Endereço: Rua José Alvarez, 330. Centro. Nova Iguaçu. 26.255-560

Telefones: 21 3769-7388 (Secretaria de Promoção Social)

21 3770-6307 / 2667-5793 / 2667-3325 (Prefeitura)

E-mail: [ma.goulart@terra.com.br](mailto:ma.goulart@terra.com.br)

Pessoa contatada: Maria Antônia Goulart.

Cargo da pessoa contatada: Secretária de Promoção Social

Coordenadora de Desenvolvimento Social do Município

a) Iniciativas públicas locais dirigidas à promoção do desenvolvimento

Deve-se ressaltar que o governo municipal encontra-se em período inicial, visto que foi empossado em janeiro de 2005. Sendo assim, as iniciativas relatadas referem-se a projetos em fase ainda embrionária, não sendo possível identificar de forma clara o grau de implementação de algumas ações descritas.

Quatro iniciativas relatadas pela gestora municipal despertam interesse para o presente diagnóstico, são elas: a criação de Fóruns de Desenvolvimento Local; o Projeto do Pólo Regional de Cultura; o Projeto do Pólo de Cosméticos; o Projeto Escola Aberta.

A criação dos Fóruns de Desenvolvimento Local está sendo conduzida pela Secretaria de Trabalho, e na constituição dos fóruns utiliza critérios de segmentação territorial e de setor atividade econômica. O Projeto do Pólo Cultural consiste em fazer do município um pólo regional de oferta de serviços e atividades culturais, aproveitando o potencial proporcionado pelo déficit de oferta observado no conjunto de municípios da região. O

---

que os distingue dos demais em muitos outros aspectos.

Pólo de Cosméticos não é uma iniciativa do governo municipal, mas sim um fato econômico já existente no município. A ação do poder público é no sentido de apoiar a consolidação e expansão deste Pólo. Segundo a Câmara de Diretores Lojistas de Nova Iguaçu (CDL), a cidade responde hoje por cerca de 11% da produção nacional de cosméticos, sendo hoje o 2º maior Pólo de Cosméticos do país (ver <http://www.cdlni.com.br/olojista/polocosmetico.htm>).

No âmbito das ações afeitas ao desenvolvimento social a Coordenadora de Desenvolvimento social do município destacou o Projeto Escola Aberta como sendo prioritário para o governo. Em linhas gerais o projeto consiste em desenvolver, no espaço físico das escolas, atividades de lazer, promoção e integração social, dirigidas às comunidades nas quais as escolas estão inseridas. Para o ano de 2005 está prevista a implantação do projeto em 42 escolas municipais.

#### b) Órgãos ou Secretarias com papel estratégico

O governo empossado em janeiro de 2005 introduziu uma inovação na organização da estrutura de gestão municipal, criando quatro Coordenadorias que constituem uma instância intermediária entre o Prefeito e os Secretários Municipais. Foram instituídas as Coordenadorias de *Desenvolvimento Social*; *Desenvolvimento Urbano*; *Planejamento e Gestão* e *Articulação Política*. Cada uma das Coordenadorias tem como responsabilidade fomentar a articulação entre as ações de um conjunto de Secretarias correlatas previamente definido. A Coordenadoria de Desenvolvimento Social é um órgão/instância estratégica para as ações de promoção do desenvolvimento local, cabendo a ela promover a articulação entre a Secretaria de Promoção Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Assuntos Comunitários, Secretaria de Educação e Fundação Municipal de Educação. Da mesma forma, a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano também cumpre papel estratégico, uma vez que a ela está submetida, dentre outras, a Secretaria de Indústria e Comércio.

#### c) Práticas de parceria entre Estado e Sociedade Civil

De acordo com a Coordenadora de Desenvolvimento Social, o município tem grande interesse em desenvolver parcerias, mas não houve relato de nenhuma ação concreta desenvolvida através de parceria entre o poder público local e organizações da sociedade civil. A Coordenadora afirmou que o governo tem mantido bom diálogo com entidades de representação empresarial e com as entidades do “Sistema S” (SESC, SENAC, SENAI etc), as quais são identificadas com potenciais parceiros.

Devido às características de pólo regional Nova Iguaçu possui um número relativamente grande de entidades de representação empresarial, muitas das quais estão sediadas no município mas possuem abrangência geográfica regional. Também há uma considerável base social formada por associações comunitárias, sindicatos e igrejas.

d) Projetos federais ou estaduais com impacto relevante sobre o município

A construção do “Anel Rodoviário” que dará acesso ao Porto de Sepetiba por meio das estradas RJ-109 (futura BR-493) e BR-101, e será financiado com recursos do governo federal, é descrito como o projeto com maior potencial de impacto sobre o município. O traçado de RJ-109 corta seis municípios da Baixada: Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias.

Por ocasião da visita o consultor responsável pelo diagnóstico imaginava que o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, em implantação desde meados da década de 1990 e financiados com recursos internacionais, seria mencionado como um projeto relevante em termos de impacto sobre o município, entretanto esta expectativa não se confirmou. A baixa importância atribuída ao projeto talvez seja justificada, visto que a implementação do mesmo tem sido alvo de críticas de diversos analistas. Segundo análise produzida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), o desenvolvimento do programa vem se fazendo de maneira extremamente lenta, o cronograma encontra-se muito atrasado, e o governo estadual não investiu os recursos previstos. Além disso, são identificados problemas de qualidade de algumas obras realizadas e falta de transparência na gestão do programa. A análise afirma que *“até o momento o PDBG teve uma efetividade muito baixa, sobretudo se*

*considerarmos o volume de recursos investidos pelos agentes financiadores externos”* (ver <http://www.ippur.ufrrj.br/observatorio/pdbg.htm> )

## **Município de Japeri**

Prefeito: Pastor Bruno

Partido do Prefeito: PSDB

Data da visita do Consultor: 11/02/2005

Órgão visitado: Secretaria Municipal de Planejamento de Japeri.

Endereço: Rua Francisco Costa Filho, 1993. Santa Inês. Japeri. 26.381-470

Telefones: 21 2664-1106 (Secretaria de Planejamento)

21 2664-1100 / 2664-1060 / 2664-1103 / 2664-1124 / 2664-1200 (Prefeitura)

E-mail: [planurb.sempla@ig.com.br](mailto:planurb.sempla@ig.com.br)

Pessoa contatada: Cenir Maria Loureiro Coelho.

Cargo da pessoa contatada: Secretária de Planejamento (Interina)

Secretária de Desenvolvimento Econômico

### a) Iniciativas públicas locais dirigidas à promoção do desenvolvimento

Duas iniciativas descritas pela gestora entrevistada são relevantes para o presente diagnóstico. A primeira delas consiste na tentativa de dinamização do Pólo Industrial criado no município pelo governo anterior. A segunda é a instituição, pelo governo atual, do Conselho Municipal do Produtor Rural, o que poderá impulsionar as políticas e ações voltadas para o desenvolvimento do setor em âmbito municipal.

A dificuldade de geração de trabalho e renda é identificada como o mais grave problema em âmbito municipal. É sintomático que, ao chegar à sede da prefeitura municipal, o consultor tenha se deparado com duas imensas faixas nas quais lia-sê “*Não há vagas*”. Da mesma forma, vale lembrar o dado já apresentado neste relatório, segundo o qual o número de postos de trabalho formais em Japeri equivale a apenas 6,3% da população de 18 a 64 anos. Este fato é ainda mais grave se considerarmos que por estar mais distante do

município do Rio de Janeiro, a população tende a ter menor possibilidade de beneficiar-se da oferta de trabalho na capital.

Em relação ao Pólo Industrial, uma empresa já iniciou a construção das obras para instalação, e outras três assumiram compromisso de instalar-se. As empresas contaram com a doação de terras e incentivos fiscais. Contudo, segundo a Secretária, a instalação do Pólo ainda esbarra em problemas legais não resolvidos, o que tem dificultado a tentativa de sua potencialização.

Quanto à criação do Conselho Municipal do Produtor Rural, este já foi instituído por lei e deverá começar a funcionar brevemente. O setor rural é significativo dentro do município, contudo, carece de políticas e ações voltadas ao seu desenvolvimento. Aproximadamente  $\frac{1}{4}$  da população reside em áreas de características rurais<sup>8</sup>. Segundo cadastro da Prefeitura existe 397 sítios no município. Favoravelmente às atividades agrícolas, deve-se registrar que há abundância água no território municipal, cortado por vários rios, dentre eles o Guandu, rio com grande volume de águas e principal responsável pelo abastecimento da capital do estado. Não menos relevante, é a proximidade com a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, o que fornece uma vantagem que aparentemente não tem sido devidamente aproveitada. A instituição do Conselho do Produtor Rural é, portanto, uma iniciativa relevante, sendo seus resultados dependentes da condução concreta de sua operação. Cabe registrar como fato negativo relevante, a inexistência de entidade representativa e/ou associativa dos produtores rurais (informação prestada pela Secretária), contudo, a própria instituição do Conselho pode ter efeito sob este aspecto, induzindo, talvez, à organização dos atores sociais que dele participarão.

#### b) Órgãos ou Secretarias com papel estratégico

---

<sup>8</sup> Segundo dados do IBGE 100% da população de Japeri reside em área urbana, entretanto a informação prestada pela Secretária se aproxima muito mais da realidade observada no município. Esta distorção do dado do IBGE ocorre, como já foi anteriormente mencionado, pelo fato deste utilizar como base de distinção urbano/rural a classificação territorial administrativamente estabelecida por cada município. Logo, se não houver uma regulamentação municipal que delimite de forma consistente a classificação das áreas em “urbanas” ou “rurais” o IBGE não captura corretamente a proporção da população que reside em cada área.

No que se refere à dinâmica da estrutura de gestão do município de Japeri, foi possível identificar que os órgãos mais afeitos às questões relativas ao desenvolvimento local são a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (ressalte-se que, no período da visita, estas duas Secretarias eram dirigidas pela mesma pessoa) e a Secretaria de Ação Social e Trabalho.

Embora a gestora entrevistada não tenha mencionado a Secretaria de Agricultura entre os órgãos municipais mais diretamente envolvidos com as questões relativas à promoção do desenvolvimento local, o consultor recomenda que este órgão seja considerado relevante, dadas as características e potencialidades do município, no qual se observa muitos aspectos remanescentes de sua origem rural, seja em termos da paisagem natural, da concentração de população rural ou ainda de atividades econômicas primárias.

#### c) Práticas de parceria entre Estado e Sociedade Civil

Embora a Secretária apresente discurso favorável ao estabelecimento de parcerias, não existia, até o momento da visita, nenhuma ação concreta desenvolvida com este formato. Segundo a gestora, a própria possibilidade de estabelecer parcerias é limitada pela inexistência de parceiros potenciais, uma vez que não há empresas importantes no território municipal e, tampouco, associações da sociedade civil.

Questionada sobre a possibilidade de parcerias com a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, sediada no município de Seropédica (município bastante próximo, que faz limite com Japeri), a Secretária afirmou que teve um contato preliminar com representantes da mesma, e que estão sendo avaliadas as possibilidades existentes.

#### d) Projetos federais ou estaduais com impacto relevante sobre o município

Tal como em Nova Iguaçu, há uma grande expectativa em relação à construção do “Anel Rodoviário” que fará a ligação com o Porto de Sepetiba. A Secretária acredita que o “Anel Rodoviário” será um elemento de forte atração de empresas para o município, potencializando as vantagens de sua posição geográfica.

Entretanto, deve-se considerar que, ainda que a nova ligação rodoviária seja capaz de atrair empresas, a potencialização da capacidade atrativa do município e do seu desenvolvimento pode ser limitada pelo perfil da mão-de-obra residente em Japeri, a qual apresenta o menor nível de escolaridade entre todos os municípios da Baixada.

### *3.2.2 Mapeamento dos potenciais parceiros para projetos de desenvolvimento local*

Com o objetivo de identificar potenciais parceiros para a formulação e implementação das estratégias e ações de promoção do desenvolvimento local sustentável nos municípios alvo do Projeto de Cooperação Técnica, elaborou-se um mapeamento preliminar de entidades cuja colaboração e participação podem agregar eficiência e eficácia às intervenções planejadas. O levantamento não é exaustivo, portanto, entidades relevantes no contexto local podem não ter sido identificadas neste mapeamento preliminar.

Deve-se ainda destacar que embora a quase totalidade das entidades mapeadas estejam localizadas territorialmente em Nova Iguaçu, a área geográfica de atuação das mesmas extrapola os limites municipais, estendendo-se a um conjunto mais amplo de municípios; dentre os quais, o município de Japeri, no qual não foi identificada a existência de nenhuma entidade com perfil similar ao das abaixo descritas.

#### ***Instituições de Ensino Profissionalizante, Técnico e Superior***

##### SENAI - Nova Iguaçu

Rua Gerson Chernicharo , S/Nº. Bairro da Luz. Nova Iguaçu. RJ. CEP: 26.263-150

Telefone: (21) 2667-8428 / 2767-7821 FAX: (21) 2667-3125

##### SENAC - Nova Iguaçu

Rua Luiz de Lima S/Nº. Centro. Nova Iguaçu. RJ. CEP: 26221-080

Tel: (21) 2669-5844 / 2667-4527

##### CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

Unidade de Ensino Descentralizada de Nova Iguaçu

Estrada de Adrianópolis, 1317. Santa Rita. Nova Iguaçu. RJ

Telefone: (21) 2568-8890 / 2568-2973 Home-Page: [www.cefet-rj.br](http://www.cefet-rj.br)

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro

Decano de Extensão: Prof. Mauro Portela Piña Rodrigues

BR 465 - KM 7, Seropédica, RJ. CEP 23890-000.

Telefone: (21) 2682-1210 / 2682-1220 Ramal: 479 Telefax: 2682-1113

E-Mail: [dext@ufrj.br](mailto:dext@ufrj.br) Home-Page: [www.ufrj.br](http://www.ufrj.br)

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Rua General Manoel Rabelo, S/Nº. Vila São Luís. Duque de Caxias. RJ. CEP 25065-050

E-mail: [febf@uerj.br](mailto:febf@uerj.br)

Escola de Governo da Baixada Fluminense

Programa de extensão da Universidade Federal Fluminense que funciona como um consórcio de professores de várias universidades do estado do Rio de Janeiro. Ver [www.escoladegoverno.com](http://www.escoladegoverno.com)

Consórcio Universidade Pública da Baixada Fluminense

Convênio firmado entre o MEC, a Associação dos Prefeitos dos Municípios da Baixada Fluminense, a UFF, a UFRRJ, a UniRio, a UFRJ e os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e de Química de Nilópolis. Início das atividades prevista para o segundo semestre de 2004. Serão utilizadas instalações físicas do CEFET Nova Iguaçu.

***Instituições de Apoio e Representação do Empresariado***

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sede Nova Iguaçu

Travessa Irene, 46. Centro. Nova Iguaçu. RJ. CEP: 26210120

Tel: (21) 26673955 Fax: (21) 26673955 Home-Page: [www.sebraerj.com.br](http://www.sebraerj.com.br)

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

**Representação Regional - Sede Nova Iguaçu**

Av. Gerson Chernicharo, s/ nº - Bairro da Luz - Nova Iguaçu - CEP 26263-150

Tel: (21) 2106-7745 / 3776-0252 / 2667-5353

Fax: (21) 3776-0252 / 2667-5353

E-mail: [rr.niguacu@firjan.org.br](mailto:rr.niguacu@firjan.org.br) Home-Page: [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)

**Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu**

Av. Governador Amaral Peixoto, 271, 3º andar, Centro, Nova Iguaçu - RJ.

Telefone: (21) 2669-0772 / 2667-3478 Fax: 2667-3743

E-mail: [sincovani@sincovani.com.br](mailto:sincovani@sincovani.com.br) Home-Page: [www.sincovani.com.br](http://www.sincovani.com.br)

**Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Iguaçu – CDL**

Av. Governador Portela, 966 - Centro - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro - CEP 26221-030

Telefone: 21 2667-3113 FAX:: 2667-2081

E-mail: [cdlni@cdlni.com.br](mailto:cdlni@cdlni.com.br) ou [spc@cdlni.com.br](mailto:spc@cdlni.com.br) Home-Page: [www.cdlni.com.br](http://www.cdlni.com.br)

**ACINI - Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu**

Av. Gov. Amaral Peixoto, nº 236, 1º andar, Centro - Nova Iguaçu

Telefone.: (21) 2667.3117

E-mail: [acini@unig2001.com.br](mailto:acini@unig2001.com.br)

***Instituições Empresariais de Prestação de Serviços Sociais***

**SESI – Serviço Social da Indústria – Unidade Nova Iguaçu**

Av. Gerson Chernicharo, 1.321 - Bairro da Luz - Nova Iguaçu. RJ. CEP: 26263-150

Telefone.: (21) 2106-7700

**SESC – Serviço Social do Comércio – Unidade Nova Iguaçu**

Rua Dom Adriano Hipólito, 10. Moquetá - Nova Iguaçu. RJ. CEP: 26.285-330

Telefone: (21) 2797-3001

## Referências bibliográficas

BRAMAEEKER, FEJ. 2003. A receita tributária dos municípios brasileiros em 2001. Rio de Janeiro: IBAM. Série Estudos Especiais, n.50

CARDOSO, AL. 1998. O déficit habitacional da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE, 55p.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). 2003. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro: CIDE. [CD-Rom]

\_\_\_\_\_. 2002. Boletim de Economia Fluminense. Rio de Janeiro: CIDE, Ano III, número 9, setembro de 2002.

FARIAS, LO e FONSECA, ME. 2003. Desenvolvimento e Finanças Públicas Municipais: uma análise do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz. Mimeo.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). 2002. Iniciativa privada e responsabilidade social: uma pesquisa sobre as ações das empresas do Estado do rio de Janeiro nas áreas de recursos humanos, apoio à comunidade e responsabilidade ambiental. Rio de Janeiro: FIRJAN. Disponível em [www.firjam.org.br](http://www.firjam.org.br)

FIGUEREDO, MA de. 2004. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. Revista on line Geopaisagem, n.5. Disponível em [www.feth.ggf.br](http://www.feth.ggf.br).

FRANCO, A de. 2000. ¿ Por qué Precisamos de un Desarrollo Local Integrado y Sostenible?. In: Instituciones e Desarrollo, n.6. Barcelona: IIG. Disponível em [www.iigov.org/revista/?p=6\\_00](http://www.iigov.org/revista/?p=6_00).

PEREIRA, TD. & PORTO, HRL. 1998. Controle social e cidadania: a construção coletiva de modelos alternativos de gestão. In: Brito, AL & Porto, HRL (Org's). Serviços de saneamento na Baixada Fluminense: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR e FASE, 128p.

PORTO, HRL. 2003. Saneamento e cidadania: trajetória e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: FASE, 172p.

PORTO, HRL. 1998. O papel das Prefeituras na gestão dos serviços de saneamento na Baixada. In: Brito, AL & Porto, HRL (Org's). Serviços de saneamento na Baixada Fluminense: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR e FASE, 128p.

SANTOS, AMS. 2003. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 228p.

SANTOS, M & SILVEIRA, M.L. 2003. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 5ª edição. Rio de Janeiro, Record

SANTOS, M. 2002. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Coleção Milton Santos. São Paulo: Edusp. 329p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2003. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI. [CD-Rom].

\_\_\_\_\_. 2003. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001. Rio de Janeiro: IBGE [CD-Rom]

\_\_\_\_\_. 2002. Indicadores Sociais Municipais. Rio de Janeiro: IBGE. [CD-Rom]

### **Principais Sites consultados:**

Departamento de Informação e Informática do SUS - DATASUS  
<http://www.datasus.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
<http://www.ibge.gov.br/>

Sistema IBGE de recuperação automática  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>

Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda  
[http://www.stn.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/index.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp)

Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE  
<http://www.cide.rj.gov.br/>

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense (IPAHB)  
<http://www.ipahb.com.br/>

Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana  
<http://www.sedeb.rj.gov.br/>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS  
<http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/>

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE  
<http://www.mte.gov.br/>